

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 020/2016

DEPUTADO JALSER RENIER - Presidente

CORONEL CHAGAS

MARCELO CABRAL

JORGE EVERTON

JOAQUIM RUIZ

GEORGE MELO

SOLDADO SAMPAIO

LENIR RODRIGUES

MECIAS DE JESUS

NALDO DA LOTERIA

ZÉ GALETO

IZAIAS MAIA

CHICÃO DA SILVEIRA

BRITO BEZERRA

GABRIEL PICANÇO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Telefone: (95) 3623-6665 /4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do *Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED)*, em formato .doc (Word), conforme *Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015* de segunda a sexta-feira das 07:30 hs às 13:30 hs.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

Atos Administrativos

- Resoluções nº 945 a 951/2016- DGP 02

Atos Legislativos

- Lei nº 1064/2016 03

- Lei Complementar nº 246/2016 03

- Decreto Legislativo nº 009/2016 03

- Projeto de Decreto Legislativo nº 017/2016 04

- Requerimento nº 043/2016 04

Atas Plenárias

- Ata da 645ª Sessão Extraordinária - Sucinta 04

- Ata da 2509ª Sessão Ordinária - Íntegra 04

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 0945/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias da servidora MARIA NEUSA LEAL COSTA, matrícula 9318, no período de 11/07/2016 a 09/08/2016 referente ao exercício de 2015, as quais estavam suspensas através da resolução nº 0274/2015-DGP, publicada no Diário da Assembleia nº 2145 de 01/10/2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0946/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor Adriano da Silva Rodrigues, matrícula 17477, a partir de 31 de maio 2016, do Cargo comissionado de Assistente Especial I MD, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de maio 2016.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0947/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora Ana Maria Barros da Silva, matrícula 16892, a partir de 31 de maio 2016, do Cargo comissionado de Assistente Especial III MD, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de maio 2016.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0948/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor Edvan Ivo, matrícula 17005, a partir de 31 de maio 2016, do Cargo comissionado de Assistente Especial III MD, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito a partir de 31 de maio 2016.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0949/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Lincoln Johnson Batista de Mendonça, a partir de 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de julho de 2016.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0950/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR as pessoas relacionadas no anexo desta Resolução, a partir de 02 de maio de 2016, para exercerem Cargos Comissionados nos Gabinetes, integrantes do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2016.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

Anexo da Resolução de Nomeação nº 0950/2016/DGP.

NOME	CARGO
NELGIA JOELY COSTA ROCHA	FSR1 Assessor Parlamentar Regional
NOEMIA GONÇALVES SILVA	FS7 Secretário Parlamentar
OTONIEL MANGUEIRA FILHO	FS11 Auxiliar Parlamentar
PEDRO DA CUNHA CAMILO	FS5 Assessor Parlamentar
RAEL BRAGA RIBEIRO	FS5 Assessor Parlamentar
RAINARA LAISSE SANTOS CUNHA	FS6 Técnico Legislativo
RICHARDSON LOPES DA SILVA	FS8 Secretário Parlamentar
RONALDO SOUSA BARROS	FSR1 Assessor Parlamentar Regional
ROSANE ROSSEY BEZERRA MAGALHÃES	FS9 Auxiliar Parlamentar
ROSINETE SANTIAGO ALMEIDA	FS4 Assessor Parlamentar

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0951/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR os servidores relacionados no anexo desta Resolução, a partir de 29 de abril de 2016, onde exerceram Cargos Comissionados nos Gabinetes, integrantes do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 29 de abril de 2016.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

Anexo da Resolução de Exoneração nº 0951/2016/DGP.

MATRÍCULA	NOME	CARGO
16454	JOSE AUGUSTO CARVALHO BRITO	FS2 Auxiliar Parlamentar
16314	KATIA CRISTINA KEIKO DE LUCENA IMAGAWA	FS4 Secretário Parlamentar
17461	KETHLYN ANDRESSA CARDOSO DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
17728	LEONARDO BRANDÃO COSTA	FS4 Secretário Parlamentar
14633	LUIZ ROMULO FERREIRA DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
16339	MARBSON FERREIRA GOMES	FS8 Secretário Parlamentar
17375	MARIA DAS DORES SILVA PALHANO	FS4 Secretário Parlamentar
15480	MSRIS DO PERPETUO SOCORRO DE MELO PINHEIRO	FS4 Secretário Parlamentar
17894	MARIA LUCIANA SALES	FS2 Auxiliar Parlamentar
17818	MARNILSON MELO DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

LEIS ESTADUAIS

LEI Nº 1064, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

Altera dispositivos da Lei nº 664, de 17 de abril de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele, **Deputado Jalsner Renier Padilha**, nos termos do §4º do art. 43 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Estadual nº 644, de 17 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros no território do Estado, serviço de caráter essencial, a ser fiscalizado pelo órgão estadual competente, podendo ser prestado diretamente ou mediante permissão e concessão, devendo estas modalidades se darem mediante licitação pública, podendo, também, ser prestado através de autorização a empresas de transporte coletivo de passageiros devidamente cadastradas no Conselho Rodoviário Estadual”.

Art. 2º Acrescente-se o inciso V ao art. 2º da Lei Estadual nº 664, de 17 de abril de 2008, com a seguinte redação:

Art. 2º [...]

I - [...]

II - [...]

III - [...]

IV - [...]

V – prestação regular de serviços de transporte terrestre coletivo interestadual e internacional de passageiros, desvinculados da exploração da infraestrutura.

Art. 3º O art. 18 da Lei Estadual nº 664, de 17 de abril de 2008, passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 18 – Na autorização de que trata o inciso IV e V do art. 2º, só será apreciada pelo CRE/RR, a proposta acompanhada de prova de:
[...]

Art. 4º Acrescente-se parágrafo único ao art. 19 da Lei Estadual nº 664, de 17 de abril de 2008, com a seguinte redação:

Art. 19 [...]

Parágrafo único. A autorização do transporte intermunicipal regular desvinculado da infraestrutura não terá prazo determinado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2016.

Deputado JALSNER RENIER

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 246/16, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

Altera o caput do Art. 86 da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, e assegura ao Servidor o Direito à Licença com Remuneração para Desempenho de Mandato Classista.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele, **Deputado Jalsner Renier Padilha**, nos termos do §8º do art. 43 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera a redação do Art. 86 da Lei Complementar 053/01 e acrescenta Parágrafo único ao referido artigo, nestes termos:

Art. 86. É assegurado ao servidor o direito à licença, com remuneração, para o desempenho de mandato em confederação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo de categoria ou entidade fiscalizadora de profissão, observado o disposto na alínea “c” do inciso VII do art. 95 desta Lei, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo Único: o afastamento para exercício de mandato sindical obedecerá ao limite de:

I – 01 (um) dirigente em entidades com até duzentos associados;

II – 02 (dois) dirigentes para entidades com mais de duzentos e até quatrocentos associados;

III – 03 (três) dirigentes para entidades com mais de quatrocentos e até seiscentos associados;

IV – 04 (quatro) dirigentes para entidades com mais de seiscentos e até oitocentos associados; e

V – 05 (cinco) dirigentes, caso a entidade exceda 800 associados.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2016.

Deputado JALSNER RENIER

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2016.

Revoga o Decreto Legislativo nº 006/2016.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 006/2016, publicado no Diário da Assembleia Legislativa no dia 30 de junho de 2016,

página 06.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2016.

Deputado **JALSER RENIER**

Presidente

Deputado **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário

Deputado **MARCELO CABRAL**

2º Secretário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 017/2016.

Revoga o Decreto Legislativo nº 006/2016.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Legislativo nº 006/2016, publicado no Diário da Assembleia Legislativa no dia 30 de junho de 2016, página 06.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 01 de julho de 2016.

Deputado **JALSER RENIER**

Presidente

Deputado **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário

Deputado **MARCELO CABRAL**

2º Secretário

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 043/2016

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **JALSER RENIER**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

Os Deputados que a este subscrevem, em conformidade com o art. 196, incisos II e XIII, e alínea “F” do art. 248, todos do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência realização de Sessão Extraordinária, sem ônus para este Poder, no dia 04 de julho do corrente ano, às 10h, para discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/16, que revoga o Decreto Legislativo nº 006/2016.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2016.

Deputados

ATAS PLENÁRIAS - EXTRAORDINÁRIA

ATA DA SEXCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às treze horas do dia vinte e um de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima octogésima quinta Sessão Extraordinária do quinquagésimo primeiro período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Jalsér Renier, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Naldo da Loteria, proceder à leitura do Requerimento nº 040/16, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo realização de Sessão Extraordinária sem ônus para o Poder Legislativo, no dia vinte e um de junho do corrente ano, às treze horas, para discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/16, que autoriza o Poder Executivo Estadual a parcelar dívidas da Assembleia Legislativa junto ao INSS e dá outras providências; do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/16, que altera o Decreto Legislativo nº 011/14, que fixa o subsídio do cargo de Deputado Estadual, e dá outras providências; do Projeto de Resolução Legislativa nº 004/16, que dispõe sobre a reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo; do Projeto de Resolução Legislativa nº 005/16, que altera o artigo 1º da Resolução Legislativa nº 021/11, que dispõe sobre o auxílio-alimentação, auxílio-saúde, auxílio-escola, instituídos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências; do Projeto de Resolução Legislativa nº 006/16, que altera o anexo único da Resolução Legislativa nº 001/15, que dispõe sobre a verba de gabinete parlamentar, e dá outras providências; do Projeto de Resolução

Legislativa nº 007/16, que altera os anexos I, II e III da Resolução Legislativa nº 09/11, de 6 de julho de 2011, e suas alterações, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências; do Projeto de Resolução Legislativa nº 008/16, que altera o parágrafo 1º do artigo 1º da Resolução Legislativa nº 021/11, que dispõe sobre o auxílio-alimentação, auxílio-saúde e auxílios escola, instituídos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências; do Projeto de Resolução Legislativa nº 009/16, que altera a Resolução Legislativa nº 009/15, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências; do Projeto de Resolução Legislativa nº 010/16, que altera a Resolução Legislativa nº 07/15, que fixa normas e valores sobre a aplicação de verbas indenizatórias criadas pela Resolução nº 016/02, referente ao exercício da atividade parlamentar, e dá outras providências; do Projeto de Resolução Legislativa nº 011/16, que dispõe sobre as normas processuais para a aquisição de bens e serviços pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências, todos de autoria da Mesa Diretora. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado Francisco Mozart, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/16, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/16, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 04/16, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto Resolução Legislativa nº 05/16, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade à Ordem do Dia, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto Resolução Legislativa nº 06/16. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado por unanimidade. Assim, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura do Projeto Resolução Legislativa nº 07/16, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, proceder à leitura do Projeto Resolução Legislativa nº 08/16, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário a leitura do Projeto Resolução Legislativa nº 09/16. Colocado em discussão e votação, o Projeto foi aprovado por unanimidade. Então o Senhor Presidente solicitou ao Primeiro-Secretário leitura do Projeto Resolução Legislativa nº 010/16, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário leitura do Projeto Resolução Legislativa nº 011/16, que, colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Jalsér Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

**ATA DA 2509ª SESSÃO, EM 07 DE JUNHO DE 2016.
51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia sete de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima nona Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Convido o Senhor Deputado Chicão da Silveira para atuar como Primeiro-Secretário *Ad doc*.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Chicão da Silveira** - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Izaías Maia** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** - o Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 37, de 01/06/16, encaminhando, para apreciação, o Projeto de Lei que “altera o Art. 3º da Lei nº 717, de 2 de junho de 2009, e dá outras providências”.

Mensagem Governamental nº 38, de 03/06/16, encaminhando, para apreciação, o Projeto de Lei de Crédito Especial em favor do Poder Judiciário do Estado de Roraima – FUNDEJURR.

Ofício nº 174, de 02/06/16, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, informando sobre publicação de Decreto de Abertura de Crédito Extraordinário em favor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima.

RECEBIDOS DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício Circular nº 003, de 25/05/16, do Conselheiro Presidente ao Presidente desta Casa Legislativa, convidando-o a participar de evento para entrega dos relatórios individuais aos jurisdicionados do TCERR, participantes do Levantamento de Governança Pública e Governança e Gestão das Aquisições realizadas em 2014.

Ofício nº 148, de 01/06/16, do Conselheiro Presidente, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2016.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei s/nº, de 30/05/16, da Deputada Angela Águida Portella, que institui o dia 12 de Janeiro como “Dia Estadual do Bombeiro Civil”, e dá outras providências.

Projeto de Lei s/nº, de 30/05/16, da Deputada Angela Águida Portella, que dispõe sobre o reconhecimento, no âmbito estadual, da profissão de Bombeiro Civil, e dá outras providências.

Projeto de Lei s/nº, de 02/06/16, do Deputado Valdenir Ferreira, que institui a “Semana Verde” no Calendário Oficial do Estado de Roraima, e dá outras providências.

Projeto de Lei s/nº, de 02/06/16, do Deputado Valdenir Ferreira, para determinar que os hospitais públicos e privados do Estado de Roraima enviem comunicação ao Juizado da Infância e da Juventude e ao Ministério Público Estadual sobre atendimento médico a crianças e adolescentes vítimas de violência física e sexual, e dá outras providências.

Indicação s/nº, de 31/05/16, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para recuperação das pontes de madeira localizadas na vicinal que dá acesso ao Projeto de Assentamento Cojumbim, a cerca de 20 Km da sede do município de Caracarái.

Indicação s/nº, de 31/05/2016, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para recuperação das pontes de madeira localizadas na estrada principal que dá acesso à Vila Vilena, no município de Bonfim.

Indicação s/nº, de 02/06/16, do Deputado Valdenir Ferreira ao Governo do Estado, para que envie ao Poder Legislativo projeto de lei que institua a Política de Educação Ambiental do Estado de Roraima, nos termos da minuta anexa.

Indicação s/nº, de 02/06/16, do Deputado Valdenir Ferreira ao Governo do Estado, para construção de uma Policlínica na sede do município de Cantá.

Proposta de Moção de Pesar nº 012/16, de autoria do Deputado Coronel Chagas, pelo falecimento da Senhora Vera Lúcia Ramos Pacheco, ocorrido em 06/06/16, no Hospital Geral de Roraima – HGR.

DIVERSOS:

Ofício nº 001, de 09/05/16, da Associação Brasileira de Cerimonialistas dos Legislativos Estaduais - ABCLE, convidando a participar da 20ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais nos dias 1º, 2 e 3 de junho de 2016, quando também será realizado o VIII Encontro de Cerimonialistas dos Legislativos Estaduais.

Ofício nº 01, de 11/05/16, da Câmara dos Deputados, solicitando a cessão do Plenário desta Casa Legislativa para realização do Seminário Estadual da Comissão Externa – Cancelamento de Vãos da Região Norte do Brasil.

Ofício nº 02, de 23/05/16, da Câmara dos Deputados, solicitando apoio logístico para a realização do Seminário Estadual da Comissão Externa – Cancelamento de Vãos da Região Norte do Brasil, a ser realizado no dia 10/06/16, das 9h às 13h, nesta capital.

Ofício nº 703, de 24/05/16, da Universidade Estadual de Roraima – UERR, em resposta ao Ofício Circular/GAB/DEPMJ nº 048/2016.

Ofício nº 046, de 25/05/16, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Roraima – CONSEA-RR, encaminhando Relatório Final da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ofício Circular nº 02, de 01/06/16, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados, convidando a participar do Fórum sobre o Arco Norte em Santarém-PA.

Comunicados nº AL124598, AL124600 a AL124663 e AL124671, de 10/03/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros.

Comunicados nº AL026364 e AL026400, de 09/05/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** – Senhor presidente, há dois oradores inscritos para o Grande Expediente, o senhor Deputado Izaías Maia e o senhor Deputado George Melo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra o Deputado Izaías Maia, com tempo de até 30 minutos.

Lembrando aos Senhores Deputados inscritos no Grande Expediente que nós teremos, logo após, Audiência Pública com a presença de autoridades do setor empresarial, SUFRAMA, objeto do requerimento da Deputada Angela Águida Portella.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, empresários, autoridades aqui presentes, enfim, autoridades de uma forma geral, gostaria de parabenizar não só como Deputado, mas como cidadão que paga os seus impostos, a classe empresarial, porque muita gente não sabe as dificuldades que essas pessoas passam para gerar emprego, riqueza e ajudar no desenvolvimento não só do Estado de Roraima, como de todo Brasil. Temos exemplo aqui, em Manaus, no pólo industrial, onde milhares de empresas, algumas até daqui, foram embora para lá, por quê? Porque lá existe a facilidade, o incentivo e algumas vantagens que aqui não temos. Acho que está na hora de esquecermos ideais políticos. O mundo empresarial não tem partido. O mundo empresarial gera emprego, gera riqueza, desenvolve o Estado e uma Nação. E os empresários muitas vezes, digo, porque conheço trabalho com um programa de rádio e televisão, enfrentam dificuldade. Para chegarmos com o empresário e dizermos: Coloca aqui uma publicidade no nosso programa, e aí o empresário responde: “Izaías, a vontade é grande, mas se eu tirar daqui 5, 10 mil reais, vai me fazer falta para investir em outra coisa, ou pagar alguns funcionários. Então, eu acho que está na hora de o governo, seja municipal, estadual ou federal, facilitar a vida dos empresários, pelo menos é o que eu penso. E falo por mim, é perseguição, é dificuldade, é imposto, paga no pé da nota, uma confusão muito grande e aqui, estou olhando nesse momento meu grande amigo, que já trabalha nessa área há muito tempo, meu querido Leocádio. Um grande abraço meu amigo, a gente conversa muito. Então, nesse mundo empresarial a dificuldade é muito grande. E como é que se enfrenta um comércio 99,99% parado, com os encargos sociais, para pagar, as faturas para pagar e é muita gente nesse comércio, o dono da empresa fica colocando a mão na cabeça e o vendedor com o braço cruzado. Essa é a grande realidade do comércio de uma forma geral no Estado de Roraima. Então, eu acho que está na hora de todos nós, sociedade de uma forma geral, Senadores, Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos, Vereadores, autoridades nos unirmos para que este Estado consiga se desenvolver, porque se não houver o entendimento, tenham a certeza que a situação do Estado de Roraima vai de mal a pior e depois vai ser difícil retroceder e procurar o caminho do desenvolvimento. Ainda temos a oportunidade, mas para isso dependemos das forças políticas, por que aqui acontece muito: “Ah! Eu não gosto do João, é um grande empresário, mas vou colocar o dedo na respiração dele para ele morrer e abrir falência”. Quem pratica um ato desses está levando à falência uma família, um empresário e vários funcionários que dependem da empresa. Por isso, o empresário fica sem saída e vai para Manaus, abre sua empresa, tem incentivo e vai trabalhar lá. Então, temos que valorizar esses que estão aqui, sofrendo, com dificuldades, sem ter para onde correr, mas que continuam aqui. Gostaria de dizer aos empresários de uma forma geral, seja de que área for, que se precisarem do Deputado Izaías Maia para aprovar qualquer coisa que seja de interesse do empresário, do trabalhador e do Estado de Roraima, podem contar comigo, porque nesse momento não tenho partido, o meu partido é o povo e eu aprovo na hora o que tiver que aprovar.

Outro pedido que eu aproveite para fazer, tendo em vista o desespero das pessoas que trabalham na feira do produtor há 14 anos, pois as autoridades exigem reforma e agora decidiram fechar a feira do produtor, fazer a reforma. Muito bem. Eu faço perguntas às autoridades de uma forma geral, não só ao Ministério Público, bem como ao governo do Estado. Tem recurso para fazer a reforma? Se tiver, parabéns. Milhares de pais de família dependem do comércio na feira do produtor, com a feira fechada, essas pessoas não vão

poder trabalhar? Quanto tempo vai levar essa reforma? Porque aqui muitas obras começam, têm início meio e nunca têm fim, e a obra não acaba, o dinheiro some e a situação fica complicada cada vez mais. Então, as perguntas são essas. E, só na hora que o Estado de Roraima se transformar num estado agrícola, onde os empresários tenham o apoio, vocês podem ter a certeza que a nossa vida vai mudar, como diz o ditado: “da água para o vinho”, porque um Estado que tem produção, geração de riqueza, geração de impostos, vai baratear a alimentação e se desenvolver muito mais rápido do que se espera.

Quero parabenizar, parece que a ideia é da minha querida Deputada Lenir Veras, antecipadamente, dependendo de mim, pois já está aprovada essa Zona Franca Verde, que é salvação também, porque um Estado forte não só politicamente, mas na pecuária, na agricultura, na área verde, de uma forma geral, tenham a certeza que, se der tudo certo, este Estado será um exemplo para o resto do Brasil. A Zona Franca Verde é um outro caminho que vai dar certo, podem ter a certeza disso e, antecipadamente, quero fazer um pedido para que as autoridades facilitem a vida dos empresários, de quem está nesse ramo, que os parlamentares também ajudem, facilitem, pois, volto a dizer, do jeito que está, estamos correndo na contramão, porque tudo é difícil quando se trata de projetos, de ideias, de investimento. E sempre tem uma negativa, ou que não vai dar certo, ou que não tem recurso. Então, se não temos apoio de nada, vamos aproveitar aqui a Zona Franca de Manaus, que é um exemplo. Lá a força política aproveita tudo que tem da Zona Franca de Manaus e o que acontece no Estado do Amazonas? Você pode ver a prosperidade, o desenvolvimento, um pólo industrial, aproveitando tudo que é da área para fazer as plantações e utilizarem o Estado do Amazonas, que já é um Estado Verde, ou seja, eles aproveitam tudo que existe de possibilidade na Zona Franca, no BASA, no SUDAM para desenvolver o Estado do Amazonas. E, porque não aproveitarmos também? A palavra hoje é união política, autoridades, governo e aproveitando as chances que o Governo Federal, apesar do bombardeio que está sofrendo, ainda oferece para os Estados.

Então, aproveito a oportunidade e digo aqui aos empresários que dependendo do que vamos estudar, do que vamos fazer, do que vamos analisar, antecipadamente pelo desenvolvimento do Estado de Roraima, eu aprovo e ajudo no que for possível.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Deputado Izaías Maia, queria fazer uma reflexão. Todo esse movimento que está acontecendo aqui, nesse momento, no Poder Legislativo, já está sendo discutido desde os anos 90. Desde que começou o Estado, o setor produtivo, o comércio, o agronegócio vem tratando dos assuntos pertinentes a esse tema. Veja bem! Há mais de 10 anos se fala de zoneamento aqui neste plenário. Já estou aqui há 5 anos. No governo passado, a empresa X contratou a empresa Y, a qual nunca fez o zoneamento. E o governo atual, manda para cá um projeto criando cargos para que o João, a Maria ocuparem esses cargos para agilizar o zoneamento, mas até hoje, nada foi feito. Uma outra coisa, o que está se propondo aqui é a valorização do empresário roraimense, daquele que usa a matéria prima do Estado para fabricar o seu produto aqui, porque ele vai ter isenção de IPI, sendo que isso não é ilegal. O que está faltando, na realidade, aqui em Roraima, é a vontade política do poder público. O que está faltando aqui, são as instituições funcionarem de verdade, não é aquele funcionário que chega à FEMARH 11h e meio dia vai buscar o filho e não volta mais, e o empresário está lá há um ano para pegar uma licença, para começar o seu empreendimento e não consegue. Eu, quando relator, coloquei 4 milhões numa emenda coletiva, acertada com esta Casa, para modernizar o ITERAIMA, que eu entendo que eu entendo ser um órgão importante para o desenvolvimento do Estado de Roraima. Mas, se você chegar hoje naquele órgão e perguntar sobre um processo, as moças saem correndo e passam três, quatro dias para encontrar o processo, sendo que ele está lá numa gaveta de um funcionário que nem sabia que o processo poderia estar ali. Não há modernização alguma.

Então, se você não fizer um planejamento, FEMHR, ITERAIMA, ADERR que há 20 anos vêm falando de febre aftosa, haja vista que todos os Estados do Brasil já resolveram isso, mas em Roraima todo ano tem uma campanha bonita, relevante, mas o Estado continua na zona de risco. A Venezuela é o país que mais compra boi do Brasil em dólar. Todo mês o Estado do Pará manda 60 mil bois em pé, de navio, para Venezuela. O Estado de Roraima é um estado fronteira, vizinho, e não consegue exportar um boi Deputado Izaías Maia, justamente porque esses órgãos não funcionam, esses são órgãos onde as pessoas são escolhidas por serem amigas da Governadora, ou do Deputado Estadual, do Senador ou amigo, ainda do Deputado Federal e não por competência. E, quem sofre com isso é o Estado, porque o Estado que não investe no setor produtivo, na indústria, não arrecada, os seus tributos caem, e quando caem, cai a qualidade na educação, na saúde, em todos os setores do governo, na segurança pública, porque falta dinheiro, e faltando dinheiro, não há estrutura, e não havendo estrutura, a qualidade do serviço cai. Eu acho que a discussão tem que ser mais ou menos por essa linha, por esse norte. Nós precisamos acabar com esse negócio de discurso vazio que há 20 anos se faz, porque temos os mesmos problemas, para que realmente o Estado possa alavancar. Precisamos resolver o problema

da aftosa, do zoneamento, resolver a situação do ITERAIMA, modernizar a FEMHR. Um empresário não pode passar um ano esperando uma licença para poder começar o seu empreendimento. Então, enquanto o governo, ou melhor os governos, não entenderem isso, vamos ter sempre esse palco de discussão e mais nada. Obrigado.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua. – Obrigado, Deputado Jânio Xingú. Temos que deixar de muita conversa, muita análise, muito pedaço de papel e passar para a ação, porque esses empresários que aqui estão são profissionais, cada um na sua área, e já conhecem, estão calejados, sabem o querem, mas, para isso, precisam ter o apoio das autoridades. Então, conversa fiada, desenho, planejamento, muita conversa sem decisão não resolve coisa nenhuma. Como o Senhor falou, há muito tempo se conversa e não se decide coisa nenhuma, e se não derem importância, tudo vai continuar do mesmo jeito. Os empresários estão aqui, ninguém decide coisa nenhuma, não há uma união e a história continua. Daqui a pouco, vários empresários que estão aqui, estarão em Manaus produzindo e gerando riqueza.

Finalizo, com o que diz aqui esse ofício:

Para a implantação do projeto Zona Franca Verde, através da SUFRAMA, em busca do fortalecimento e do desenvolvimento regional por meio de incentivo fiscal. É isso que o empresário precisa, bem como de isenção de impostos sobre industrializados concedidos pelo Governo Federal, para os produtos industrializados nas áreas de livre comércio, com preponderância da matéria prima de origem regional.

Resumindo, vamos deixar de conversa, vamos ter atitudes, tirar do papel e partir para a ação. Antecipadamente, podem contar comigo. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra o Deputado **George Melo**.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras e senhores no plenário desta Casa, meu bom-dia.

A minha fala hoje é dirigida aos produtores da Feira do Produtor que, de maneira desesperada, vendem toda nossa produção agrícola, ou seja, 90 da nossa produção agrícola passa pela Feira do Produtor, oriunda da agricultura familiar. De maneira direta ou indireta, os produtos passam por lá. Mas, de maneira fria, a nossa feira foi interdita. Quero dizer aos meus colegas, aos cidadãos que estão neste plenário que o SEASDA, em São Paulo, tem esse mesmo padrão. Podemos melhorar? Podemos. Mas não podemos penalizar um setor inteiro que contribui para a economia do nosso município, para o nosso Estado. Essas pessoas esperam o inverno inteiro para plantar, passando as maiores dificuldades, porque quando o verão é muito grande, a gente sabe que a lagarta ataca, as pragas atacam. Então, esses corajosos trabalhadores devem ser penalizados com o seu estabelecimento fechado? Essa é a última coisa que deveria acontecer e esta Casa não pode se calar diante dos gritos desses trabalhadores. Não podemos permitir a interdição da Feira do Produtor que tem um componente histórico no nosso Estado. Não podemos aceitar esse tipo de ação, por quê? Porque entendemos que o nosso Estado carece de gente trabalhadora, porque não são só os setores judiciário, o setor legislativo, e executivo que fazem o desenvolvimento deste Estado não. Tudo passa por uma discussão muito maior na economia do nosso Estado, pois são esses trabalhadores que, muitas vezes, carregam seus produtos sem terem ponte, estrada. Quero deixar aqui todo o meu sentimento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Deputado George Melo, agradeço o seu aparte. Quero, realmente, ser solidário ao senhor sobre a Feira do Produtor porque o Estado de Roraima, antes de ser estado, já tinha essa feira, uma feira antiga que gera renda para mais de 1000 famílias hoje. Nós tivemos a oportunidade de conhecer e falar com senhor o Antônio Valério que há 20 anos está naquela feira, trabalhando com peixe, com o Ceará do chapéu, há 15 anos vendendo farinha, o qual depende somente do trabalho naquela feira para sustentar sua família, e temos também pessoas importantes que vivem trabalhando lá, como o Jailton Ribeiro que há 7 anos trabalha coordenando e de lá tira o sustento da sua família. Com essa atitude, eu vejo o compromisso do governo, deixando de ajudar 1000 famílias diretamente, de ajudar os que precisam de emprego. E, Deputado George, quero dizer ao senhor da importância da Feira do Produtor, que é um dos setores primários onde o colono, onde as pessoas deixam de ser os atravessadores e, realmente, têm o seu núcleo, o sustento da sua família. Quero dizer que seu pronunciamento é importante, porque a Feira do Produtor não só vende produtos, mas alimenta todas as casas de Roraima, é onde temos a qualidade das verduras, do peixe, a alimentação que sustenta a metade da população do nosso Estado. E ali há pessoas que dependem somente da venda dos seus produtos. E para ilustrar o seu discurso, quero dizer que o esgoto, o banheiro e a coleta interna o governo não está fazendo, faltam pouquíssimas coisas para sanar as necessidades, para melhorar não só a vida dos feirantes, mas de quem vai comprar lá. O governo não quer ajudar o setor primário e quem precisa. E o senhor lembrou bem, muitos produtores, Deputado, trazem suas mercadorias nas costas, na cabeça, no trator, no cavalo ou no carro de boi, por falta de pontes e estradas, por falta de

compromisso deste governo que está aí. Era isso que eu queria dizer, Deputado. Eu apoio o seu pronunciamento e não podemos nos calar, não podemos deixar o caos acontecer. O governo do Estado não tem o compromisso com a Feira do Produtor. Parabéns pelo seu discurso e muito obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Quero me juntar aos senhores quanto à questão da Feira do Produtor. A Feira do Produtor faz parte de uma corrente, porque tem o produtor e o atravessador que é o comerciante final, como tem em todo Brasil, porque o produtor também comercializa. Então, são poucos os produtores, mas nós, não somos diferentes de outros Estados. Ali os pequenos comerciantes, os sobreviventes, os empresários que não são legalizados, sobrevivem nessa crise toda. Mas o que ocasionou tudo isso, foi a falta de compromisso do governo com o setor produtivo. O Ministério Público não faz mais nada do que recomendações em cima de recomendações, nunca tomou uma providência. O Estado passa por dificuldades, e tirarmos o pouco que as pessoas têm na luta pela sobrevivência, os camelos, os ambulantes das ruas, vamos ficar só com os ladrões. Então, temos que ter cuidado com isso. Por exemplo, a saúde está um caos, se formos numa unidade de saúde, teremos que prender primeiro o Secretário, porque não sabemos o que ele está fazendo lá, se a saúde realmente está um caos.

O Estado precisa ter prioridade, deve tem que priorizar meios de vida para a população, dar dignidade às pessoas, mas não está acontecendo isso. A crise é grande. Todos os dias a gente anda na periferia e é uma distribuidora, um mercantil, uma farmácia, um posto de gasolina assaltado, porque as pessoas não têm o fazer. Aí a pessoa vai pegar 40 litros de gasolina na Venezuela para vender, é preso por contrabando. Então, tem que roubar. O governo tem que encontrar uma maneira de ajudar as pessoas que querem trabalhar e dar condições de vida digna para que elas possam empreender, para que este Estado volte a crescer.

O Senhor Deputado **George Melo** continua. – Quero agradecer o aparte dos companheiros Marcelo Cabral e Naldo da Loteria, e dizer que o sensato é convocarmos o Secretário de Agricultura para vir até a nossa Casa nos dar uma explicação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Agradeço a Vossa Excelência pelo aparte e também fico feliz que os Deputados independentes tenham, nesse momento súbito, acordado para ver a realidade do Estado, porque faz muitos anos que não temos pontes, há anos que o Estado não constrói escolas, há anos que o Estado está sendo mal administrado, surrupiado e nós, o governo atual, Suely Campos, herdamos essa herança maldita e estamos trabalhando diuturnamente para resolver. Mas é válido ver agora, nesse momento que tudo isso estava acontecendo enquanto em berço esplêndido muitos dormiam.

Então, Deputado George Melo, Vossa Excelência trouxe um assunto pertinente, a questão da Feira do Produtor, porque não tem a mínima condição de produtores ficarem sem aquele espaço para comercializarem seus produtos. Ontem, às 6 horas da manhã, quando eu vi o movimento na Feira do Produtor, liguei de imediato para o Procurador Geral do Estado, para o Secretário de agricultura e pedi providências urgentes. Eles disseram que estão se reunindo e que aguardariam uma comissão de produtores para fazer novamente um termo de ajustamento de conduta, para que eles permanecessem na feira e para que o Estado iniciasse de imediato os projetos de recuperação da Feira do Produtor, por etapas, porque se sair tirarem todos para começar a reforma de todo aquele espaço físico, eles ficarão sem ter condições de comercializarem os produtos. Então, precisa ser feito por etapas. O Ministério Público entendeu realmente que existe a necessidade de ter esse espaço para que os produtos fiquem lá sendo comercializados, mas também exigiu providências. Está certo o Ministério Público, tem que exigir providência. Ali se vende gêneros alimentícios e tem que ter sim higiene. E os produtores se comprometeram a fazer a sua parte em relação à questão da higienização mínima e o Estado de recuperar a estrutura física. A feira foi feita ainda na época, salve engano, do Governador Ottomar, e está há anos e anos sem manutenção, sem que ninguém tenha se preocupado com o local. Mas, agora, a governadora Suely se comprometeu e nós vamos sim recuperar toda aquela estrutura. E digo a Vossa Excelência, recuperar com grande alegria, porque o nosso principal compromisso de campanha foi transformar a economia deste Estado através do setor produtivo, e a Feira do Produtor, dá condições para que produtores da agricultura familiar possam comercializar os produtos escoados do interior do Estado.

Portanto, Vossa Excelência trouxe um assunto pertinente e quero dizer que a preocupação é válida desta Casa e de Vossa Excelência como Parlamentar e o nosso governo está tomando providências necessárias para sanar mais esse problema, deixado como herança maldita ao nosso governo. Obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** continua – Senhor Presidente, só para fazer um pequeno resumo desses apartes, eu gostaria que Vossa Excelência, se possível, na quinta-feira, pudesse convocar a Procuradoria e o Secretário de Agricultura para estar presente aqui, na nossa Casa.

Eu acho que é pertinente essa discussão. Eu acho que a forma como

vai se dá isso aí, tem que ser debatida nesta Casa, porque, por exemplo, as pessoas desse espaço vão ficar prejudicadas, sem poder trabalhar, enquanto não acabar essa obra, ou vão ser removidos para outros locais para que continuem trabalhando também?

Então, essa questão precisa ser debatida nesta Casa. Temos que ter o maior cuidado, o maior respeito com essas pessoas. Por quê? Porque são pessoas que verdadeiramente canalizam toda nossa distribuição da agricultura familiar e o nosso Estado tem um percentual forte de contribuição dessa gente ao nosso Estado.

Era esse o registro que queria deixar nesta manhã de hoje. Agradeço a participação dos colegas Deputados no debate e aos que estão presentes aqui, participando dessa discussão. Muito obrigado e bom-dia a todos!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado George Melo, apenas no tocante à convocação do Secretário de agricultura e da PROGE, sugiro que faça requerimento para que esse plenário delibere sobre a convocação dessas duas autoridades.

Está encerrado o Grande Expediente. Neste momento, a Sessão Plenária será transformada em Comissão Geral, atendendo ao Requerimento nº 025/16, aprovado na Sessão Plenária do dia 10 de maio, de autoria da Deputada Angela Águida Portella, momento em que esta Casa Legislativa estará realizando audiência para falar sobre a implantação do Projeto Zona Franca Verde.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para, em seguida, darmos início à audiência pública.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhoras e Senhores bom-dia. Nós estamos abrindo esta Audiência Pública que tem por objetivo a implantação do projeto da Zona Franca Verde, inclusive, um projeto que foi criado em 2008, aqui no Estado, que é pioneiro nessa posição e que, agora, através do Decreto Presidencial, faz com que os Estados da região Norte, Amazonas, Amapá, Rondônia e Acre, também se integrem nesse contexto que facilita, sem dúvida alguma, a eventuais e possíveis investidores, a transformação do nosso Estado num Estado mais pujante. Sem dúvida alguma, temos a maior biodiversidade do planeta, o que nos facilita a condição de sermos amazônidas e termos o orgulho de morar no extremo norte brasileiro.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o representante da Governadora do Estado de Roraima, Maria Suely Campos o Secretário de Estado da Fazenda, Shiská Pereira Pires.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o representante da Zona Franca de Manaus, Senhor Renato Mendes Freitas.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o Senhor reitor da Universidade Federal de Roraima, Doutor Jeferson Fernandes do Nascimento.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o representante da OAB/RR, o Senhor vice-Presidente, Doutor Ednaldo Gomes Vidal.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o representante da Prefeitura Municipal de Boa Vista, Secretário de Economia, Planejamento e Finanças, Marcio Vinicius de Souza Almeida.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o representante da Coordenadoria da SUFRAMA em Roraima, Joel Eloi Nascimento Souza Cruz.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o representante da Federação da Indústria do Estado, o senhor Luiz Brito, vice-Presidente da FIER.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o Secretário de Estado de Planejamento, Doutor Alexandre Henklein.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, a representante do setor produtivo de Roraima, Senhora Isabel Itikawa.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o empresário Antônio Denário.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o Doutor Aniceto Campanha Wanderley.

Convido, para compor a Mesa dos Trabalhos, o empresário de tradição Agenor Faccio.

Quero registrar a presença do Doutor Leocádio, ex-Secretário da Fazenda, homem de profundo conhecimento deste Estado, a quem peço que faça parte da Mesa dos Trabalhos, pelos seus vastos conhecimentos no Estado.

Sob a proteção de deus e em nome do povo de Roraima, declaro aberta a presente Audiência Pública, solicitada pela deputada Angela A. Portella, através do requerimento nº 025/16, para discutir a implantação do Projeto de Zona Franca Verde.

Essa Audiência tem por objetivo concretizar a efetivação da Zona Franca Verde de Roraima, objeto esse que foi regulamentado no fim do ano passado, após 7 anos em tramitação no Congresso Nacional.

A medida prevê incentivos fiscais para empresas que aproveitam matérias de origem regional na nossa produção.

Agradecemos a presença de todas as pessoas que estão aqui, nesse momento, a todos que atenderam o convite especial da Deputada Angela. E, ao mesmo tempo parabenizo a iniciativa da Deputada Angela que foi, sem dúvida alguma, primordial para essa discussão. E quero aproveitar esse momento, uma

vez que foi a senhora a autora dessa audiência pública, para convidá-la a presidir os trabalhos dessa audiência pública.

A Senhora Presidente **Angela Águida Portella** – Bom dia a todos. É uma satisfação muito grande recebermos todas essas pessoas que estão preocupadas realmente com o futuro do nosso Estado. As pessoas estão aqui porque acreditam, trabalham, realizam e querem continuar a realizar.

Quero cumprimentar todos os Deputados, servidores, a Escola do Legislativo que é a nossa parceira nesse trabalho, a imprensa, enfim todos os convidados.

Também o Doutor Renato que está aqui representando a superintendente da SUFRAMA, Doutora Rebeca Garcia, que hoje estaria aqui, mas foi chamada de urgência para uma reunião em Brasília.

Hoje, estamos reunidos, como marco legal da implantação da Zona Franca Verde no nosso estado e como o Presidente falou, há anos que nós esperamos pela regulamentação dessa isenção fiscal.

Agradeço todos os segmentos aqui representados, porque é uma grande satisfação e alegria recebermos a todos. O povo de Roraima é um povo acolhedor, um povo guerreiro que, realmente, valoriza todas as iniciativas. Por isso, a gente vê que hoje vocês aceitaram o nosso convite de estar aqui. Obrigado.

Roraima tem um extraordinário potencial de desenvolvimento e está se aparelhando enquanto Estado, porque o restante a natureza já nos concedeu.

Esse aparelhamento do Estado vai dar suporte aos empreendedores, homens e mulheres, assim como a senhora Isabel Itikawa, aqui bem representada. E acredito em nossa terra e em nossa gente.

Está é a oportunidade não só de expandirmos os nossos produtos para todo o Estado de Roraima, mas para o restante do País e para outros países. Os incentivos fiscais que a Zona Franca Verde oferecerá constituem um grande mecanismo para alavancar o desenvolvimento e a competitividade. Cabe a nós aproveitarmos não só o que a natureza muito benevolente já nos proporcionou, bem como as preocupações com os servidores da SUFRAMA que também se debruçaram e o próprio governo federal que conseguiu alcançar essa questão do IPI para a zona Franca Verde, o que vai transformar as possibilidades de nos tornarmos competitivos e também atraímos novos investidores para o nosso Estado.

Então, desejo que essa discussão seja propositiva e que, em breve, possamos colher os frutos desse trabalho.

Posso a palavra ao Técnico da SUFRAMA, Renato Mendes Freitas, representado a Superintendente.

O Senhor representante da Superintendente da SUFRAMA, Técnico **Renato Mendes Freitas** – Bom-dia senhoras e senhores. Primeiro, quero agradecer a oportunidade que esta bela Casa do povo do Estado de Roraima nos concede, nesse momento, para apresentarmos um projeto de desenvolvimento regional, com o esforço não só do governo federal, mas, certamente de todos os governos estaduais e dos municípios envolvidos nesse processo, nas áreas livre e comércio, nos municípios da Amazônia Ocidental e no município do Estado do Amapá.

Em nome da Deputada Angela A. Portella, que nos motivou a estarmos aqui presentes com toda organização e com toda acolhida que nos foi dada, para promover essa discussão perante os senhores, quero cumprimentar a todos os integrantes da Mesa.

A questão é uma questão técnica, por isso, nos trouxemos uma apresentação. A apresentação traz os detalhes do que seria a conhecida Zona Franca Verde.

Para melhor discutirmos o assunto e para que tirem as dúvidas, eu vou proferir o meu discurso na tribuna.

A apresentação será rápida, não vamos demorar. Eu prometo que ninguém vai ficar com sono, mas gostaria que os presentes tivessem toda atenção possível, porque nós queremos aproveitar realmente essa oportunidade para fazer de hoje um marco de virada no desenvolvimento do Estado de Roraima, assim como foi o lançamento também no Acre, em Rondônia, Amapá e futuramente no Amazonas. Então, peço a atenção de todos para que possamos nos ater na apresentação.

A área de livre-comércio de Boa Vista e Bonfim foi criada, como vocês todos sabem, em 1991, como uma área de Pacaraima. Na verdade, na região limítrofe da Venezuela/Pacaraima e Bonfim, mas depois, em 2008, houve uma alteração da lei criando área de livre comércio de Pacaraima e Bonfim com incentivos para a área livre comércio que, após extinta em Pacaraima foi trazida para Boa Vista. Estamos, então, no regime da área de livre comércio de Boa Vista e Bonfim.

Acontece que, no mesmo ano de 2008, o Decreto regulamentador 6.614 trouxe as prerrogativas para que a área de livre comércio de Boa Vista e Bonfim pudessem apresentar projetos industriais. Isso foi uma inovação à época, porque a área de livre-comércio pressupõe apenas uma área de importação e exportação do exterior e do comércio nacional. Entretanto, essa inovação não foi passível de ser aplicada, porque faltava um detalhe importantíssimo, os critérios,

em que critérios poderíamos então industrializar a nossa matéria prima regional para que fosse aceita como incentivos extra fiscais. O incentivo extra fiscal é aquele que promove o desenvolvimento. Então, é esse incentivo que estamos debatendo aqui.

O decreto 6.614 é de 2008. Acontece que as outras áreas de livre-comércio, são sete no total que vou listar aqui: Tabatinga no Amazonas, Guajará Mirim em Rondônia, Cruzeiro do Sul no Acre, Brasília no Acre também, são duas áreas lá, Macapá e Santana no Amapá e aqui Boa Vista e Bonfim duas áreas de livre comércio. Então, dentre as setes, apenas Boa Vista e Bonfim possuía essa prerrogativa em 2008, mas ela não estava regulamentada a ponto de ser aplicada, exatamente porque faltavam os critérios necessários para descrever o que seria a matéria prima regional, ou o que seria, inclusive, a preponderância de matéria prima regional. Ai eu pergunto: o que seria matéria prima regional? A Fauna? A Flora? Mas a fauna e flora são delimitantes do espaço geográfico, tem um eco sistema ali presente. Então, a SUFRAMA fez uma esforço muito grande perante a Presidência da República, por isso tem essa lâmina aqui (slide) porque nós temos a SUFRAMA, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Essa é um nome antigo, agora o nome atual da Presidência do novo governo Temer é Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço. A SUFRAMA é vinculada a esse ministério, mas, na verdade, é subordinada à Presidência da República. Então, foi feito um estudo minucioso de cada área de livre comércio coordenada pela Doutora Ana Maria, que é a coordenadora de estudos econômicos e empresariais da SUFRAMA, trouxemos técnicos em cada área de livre-comércio, fizemos um estudo de potencialidade, visitamos as empresas industriais, e aí se descobriu que nós precisamos regulamentar os critérios, porque os critérios não foram regulamentados, e esse foi o caso. Nós solicitamos a Procuradoria Federal da SUFRAMA, com a Procuradoria Federal do Ministério de Desenvolvimento, para proporem a minuta do decreto que a Presidente da República assinou no dia 18 de dezembro de 2015, sob o mandato da Presidente Dilma Rousseff. Assinando esse decreto, ela deu competência ao Conselho da SUFRAMA para regulamentar os critérios de preponderância de matéria-prima, o que permitiu que a SUFRAMA tivesse 120 dias para fazer esse trabalho, e foi feito em 60 dias porque sabemos que é um assunto importante, um assunto impactante na região. Senhoras e Senhores, tenham em mente um dos pontos, nos últimos anos, mais importantes para economia dos Estados da Amazônia Ocidental e Amapá. Esse Decreto passou por uma resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA, e a resolução foi aprovada no dia 26 de fevereiro. A resolução trouxe no bojo os critérios de preponderância de matéria-prima e a definição de que é matéria-prima regional. Os nossos estudos técnicos nos mostram que não bastava matéria-prima da fauna e flora, na verdade o que nós queríamos trazer para o desenvolvimento era a biodiversidade Amazônica, a geodiversidade Amazônica, para isso não bastava a fauna e a flora, nós tínhamos que ir mais fundo, por isso a definição de matéria-prima regional, ela se deu no nível de dizer o seguinte, é o cultivo também, o que é criado, por ai já dar para entender que algo bem mais amplo e o que é extraído da região. Então matéria-prima da região, é tudo que é cultivado, extraído, coletado e criado dentro da região da Amazônia Ocidental e o Estado do Amapá. Isso é importante, essa definição? É muito importante, porque os insumos regionais não vão se caracterizar apenas pela planta originária da Amazônia, o arroz, o feijão, o trigo. Todos sabemos que eles não são originários da Amazônia, no entanto, estão presente na economia da Amazônia, ou seja, estão contemplados também. Da matéria-prima regional, a definição básica é essa e faltava dizer o seguinte, o que é a preponderância da matéria-prima? É preponderante, e cito esse exemplo, quando tenho uma gota de veneno de uma determinada aranha, posso colocar em de um litro de água destilada, para efeito terapêutico ou para curar uma doença. O que é preponderante? A gota de veneno da aranha ou esse litro de água destilada? Então, a dúvida era muito grande, os técnicos do ministério se debateram sobre esse assunto, entenderam que a preponderância a cima de 60% foi repartida pela SUFRAMA, e disse que não, porque a preponderância não poderia se resumir apenas em um cálculo matemático absoluto. Então, a SUFRAMA propôs e foi aprovado os critérios de preponderância em três modalidades; o critério absoluto, é o critério em que a matéria-prima da região entrará na composição do produto com mais de 50%. Vamos idealizar um processo produtivo para que vocês tenham idéia desse assunto, é absoluto quando temos uma mesa dessas, em que a madeira é da região, apesar da cola, da fôrmica e dos parafusos não serem da região, no entanto, a matéria-prima, a madeira, é da região e ela compõe mais de 50% do produto final. Esse é o critério absoluto e não bastava só isso, porque nós temos a questão da biodiversidade que pode entrar com uma molécula, uma molécula que você isolou ali numa essência, seja com perfume, seja com o que for. E, naquela essência, você tem uma molécula que foi descoberta através de um fungo raro da Amazônia. Essa molécula tem mais importância do que todo aparato de diluente, aparelhagem, etc... que irá formatar esse produto. Então, não bastava ser absoluto, por isso criamos dois outros critérios; o absoluto, e o relativo. O que é critério relativo? É ter a matéria-prima utilizada relativamente preponderante. Como é isso? Somando as matérias-primas que entraram na

composição do produto, a soma dessa matéria-prima regional, supera proporcionalmente as demais consideradas isoladamente. Então, vamos supor que tenho um produto que é composto por 18% de matéria-prima regional, e as demais matérias prima considerada isoladamente, compostas por 12, 10, 5, ou seja, nós temos uma preponderância aí, não é preponderância absoluta, mas é a preponderância relativa, que entra no projeto também. Então, nós conseguimos capturar toda uma gama de produtos que estariam fora do incentivo fiscal através desse critério que elaboramos na Suframa. E o terceiro critério, é o da importância. Existem produtos que têm o próprio apelo mercadológico e lá dentro tem uma essência, essa essência é da Amazônia. Vamos supor que tenho um refrigerante, de guaraná, os senhores talvez não saibam, mas esse refrigerante de guaraná tem muito açúcar, muita água, muito gás carbônico e somente um pouquinho de guaraná. Se você retirar esse pouquinho de guaraná que existe lá dentro, algo em torno de 4%, ele se torna outro refrigerante de uma coisa qualquer, menos de guaraná, esse é o critério da importância. Então, os produtos estarão aqui, sendo produzidos na área de livre-comércio, industrialmente, porque esse incentivo é para a indústria. A indústria poderá se instalar aqui, apresentando um projeto em que utilize matérias-primas regionais, mas de onde? De toda a Amazônia ocidental, não é só matéria-prima da área de livre-comércio, e sim matéria prima de outros Estados da Amazônia ocidental, do Amazonas, do Acre, de Rondônia, de Roraima e do Amapá, ou seja, o impacto diz que, na verdade, o impacto econômico, social, que há geração de renda e, posteriormente, que os projetos precisam sempre atender as normas legais, fiscais e ambientais. Nós não iremos aprovar projetos na Suframa, nunca fizemos isso, a Suframa possui 49 anos de história e sempre se preocupou, quando ninguém falava do meio ambiente, com o meio ambiente e seus primórdios e não vai ser agora, que nós iremos aprovar projetos que estejam fora da legislação ambiental, ou seja, nós temos sim, uma congruência de fatores que nos trouxeram aqui, para debatermos esse assunto. As possibilidades são infinitas, infinitas, inclusive, para a universidade, porque ela pode trabalhar produtos agora, pensando industrialmente, patentear os produtos e passar para uma indústria produzir, ganhar os royalties através das pesquisas, porque isso é muito importante. Eu estava em outro evento sobre sustentabilidade, do qual discutimos porque temos parceria com o IBGE. E, nesse sentido, nós discutimos a questão da sustentabilidade, quando um pesquisador renomado falou que ele fez uma pesquisa e concluiu que, em um k^2 da Amazônia possuímos mais de 200 mil espécies da fauna e da flora, se você pegar os Estados Unidos inteiro e o Canadá inteiro, não dá mais de 200 espécies da flora, por exemplo. Entende, as possibilidades são infinitas. Por isso, estamos muito animados nessa Audiência Pública perante os senhores, representantes do povo, e é exatamente assim que temos trabalhado em outros Estados, iniciamos com uma Audiência Pública e, a partir da Audiência Pública, nós fazemos a capacitação. Amanhã, teremos a capacitação dos nossos servidores que trabalham na Suframa e nos dias 9 e 10 teremos capacitação para o público externo. No dia 9 a capacitação será no auditório da OAB com as instituições. E convidamos os técnicos da SEPLAN, até conheço alguns, o Milton conheço há muito tempo, ele trabalha com o projeto do IBGE, bem como convidamos todos os técnicos de todas as secretarias do Estado, o SEBRAE, os consultores, as instituições, a Universidade Federal, Estadual e particulares para, no dia 09, discutimos o assunto e capacitarmos as pessoas que lá estiverem. No dia 10, nós estaremos pela manhã no mesmo auditório, oferecendo a capacitação aos empresários, com foco nas empresas que apresentarem esse projeto.

Então, em resumo, é isso. E peço desculpas, pois empolgado com o assunto, acabei passando direto sem usar a apresentação que o Rafael, técnico da Suframa, fez com tanto carinho. Mas, fico à disposição. Nossos técnicos estão aqui para tirar dúvidas também. Espero ter esclarecido pelo menos em parte o assunto. Obrigado!

A Senhora Presidente Ângela A. Portella - Obrigada, doutor Renato, foi esclarecedora sua fala. Comunicamos que logo após a fala dos demais, abriremos espaços para os debates, perguntas e maiores informações, para que possamos falar dos nossos anseios para os técnicos aqui presentes.

Passo a palavra à Senhora **Isabel Itikawa** Representando o Setor Produtivo.

A Senhora representante do Setor Produtivo, **Isabel Itikawa** - Bom-dia, Senhoras e Senhores. Quero cumprimentar todos os Deputados aqui presentes, mas gostaria de estar mais feliz nesse cumprimento se estivesse vendo nessa plateia todos os Deputados presentes. Na realidade, quero agradecer em nome do setor produtivo, em nome do Sindicato dos Produtores de Grãos do Estado de Roraima, àqueles que aqui estão com o compromisso de contribuir com o desenvolvimento do setor produtivo do Estado de Roraima. Cumprimento as autoridades aqui presentes, aos Representantes da Suframa que estão em nosso Estado com o objetivo de implantar, através dessa Audiência Pública, a Zona Franca Verde que, com certeza, vem trazer divisas para o nosso Estado. Também quero cumprimentar todas autoridades aqui presentes, em nome do meu amigo Shiská, Secretário da Fazenda do Estado de Roraima, agradecer à Deputada Ângela Portella pela iniciativa de trazer essa Audiência Pública, essa

idéia que vai, com certeza, contribuir com o setor produtivo de Roraima. Nós sabemos que o nosso país vive momentos de grandes dificuldades com relação à economia brasileira. Nós que acompanhamos, podemos observar o baixo crescimento da economia, problema que afeta diretamente o setor produtivo brasileiro, em especial em Roraima que é uma região tão isolada e esquecida pelo Governo Federal. As dificuldades do empresário brasileiro com carga tributária, legislação trabalhista crescem, gerando dificuldades ao setor. Hoje, nós identificamos que a situação da indústria brasileira passa por um processo difícil e apresenta números ruins, passando pelo processo de sucateamento. E falo sucateamento, porque eles veem o setor primário, que alavanca o desenvolvimento do país, o agronegócio brasileiro, a agroindústria, o setor produtivo responsável pela elevação do PIS, colocando o país em patamares de destaque nacional. Nós, hoje, vimos à redução da carga horária de 44 horas semanais, para 40 horas, elevando a onerar nossos custos, enquanto os ricos, países de primeiro mundo, investem na produção. Eu tive a oportunidade de ir ao Japão e pude verificar que é um dos países que menos feriados tem, é um país que investe na produção e que dá condição, aos empresários que produzem, desenvolvem e contribuem com o desenvolvimento. Nós, como produtores, eu falo aqui em nome do nosso Sindicato - Side Grãos, com relação à redução dos impostos, que hoje a Zona Franca Verde traz para seis Estados brasileiros onde ela existe, benefícios, que ajudam no desenvolvimento da Amazônia. E em nosso Estado sei que vai trazer benefícios também, porque hoje, o setor produtivo, quando falo no setor produtivo, falo agropecuária, agroindústria, rizicultura, a qual tenho muita honra em dizer que faço parte, que há seis anos registrava uma produção de 25 mil hectares ano de arroz, no solo roraimense, com registro, que comprovam o crescimento de 30% desse setor ao ano. Hoje, amargosamente, queremos registrar aqui, depois daquela bruta ação do Governo Federal que tomou as nossas propriedades, nos deixando inviabilizados de continuar produzindo em grande escala, que nos roubou as nossas propriedades, deixou o Estado produzindo 12 mil hectares ao ano, que, lamentavelmente, esse setor produz em torno de 8 mil hectares ao ano e, se não houver uma providência das autoridades locais para que a gente possa dar uma reviravolta nessa situação, no setor rizicultor do Estado de Roraima a tendência é diminuir a produção a cada dia. Nós não esperamos que venhamos sair dos registros de empresários que fazem a diferença em nosso Estado, porque nós confiamos que alguma atitude deve ser tomada. E registramos aqui, hoje, que nós temos os repasses das terras para o Estado de Roraima, o que dá condição ao Estado de oportunidade para produzir, porque vamos legalmente ter nossas terras, ter a nossa posse registrada e com segurança para investir na terra, haja vista que o maior investimento na agricultura não está na indústria, não está no maquinário, está realmente no investimento da terra, que são os investimentos de correção de solo, para que possamos produzir alimentos e gerar empregos. É isso que a gente precisa. E o estado precisa de produção, porque da produção este estado vai, com certeza, crescer, e essa segurança jurídica que foi trazida pelas mãos da Governadora Suely Campos, onde comemoramos esse momento, é que essa segurança que hoje nós temos. E hoje, com a presença do Secretário Alexandre Henklein, registramos o projeto progredir, que foi um projeto, Alexandre, que nasceu lá nossa associação UNIR, Associação dos Empreendedores do Estado de Roraima, com a visão deste estado crescer, fomentando a produção que nós sabemos que, através desse setor, fará com que este estado vença as arestas das dificuldades. Nós registramos também que, dentre os vários pilares do progredir, conseguimos o segundo avanço, que é essa definição fundiária, trazendo a legalidade para nossas propriedades. E ainda registramos aqui, que o Estado de Roraima produz, não só o arroz, não só a soja, a piscicultura, enfim, outras produções que o estado tem que fazem a diferença pela qualidade, mas, destaque aqui, aquela que faço parte que é a produção do arroz. Se não houver uma redução desse ICMS que está aí no projeto, através da lei 215, nós vamos perder divisas, não só aqui no estado, bem como nos estados onde colocamos a nossa produção. Esse ICMS inviabiliza o nosso setor. Nós acompanhamos ali do distrito as carretas que entram, os bitrens que entram lotadas de arroz aqui no nosso Estado, porque hoje nós ouvimos dos nossos parceiros, donos de supermercados, que se eles não comprarem, os concorrentes compram, porque eles são beneficiados, com isenção de 12% na entrada e 12% no fechamento. Então, hoje, o nosso setor, a rizicultura, o arroz de Roraima estava começando a perder divisas dentro do nosso próprio Estado de Roraima, dentro do município de Boa Vista. E os empresários dizem: não vou comprar uma quantidade pequena do seu arroz para manter a prateleira, porque já fechei dez bitrens com o arroz tal, cinco bitrens com outra marca, e esse arroz está chegando dez reais mais barato do que o de vocês. Então, o setor está perdendo a sua capacidade de produção, porque se eu não tenho produção, não tenho venda, se não tenho venda, não justifica eu gerar emprego, e não tendo produção, não tendo geração de emprego, quem sofre as consequências tenho certeza que é o Estado de Roraima, que poderá perder esse setor que vem fazendo a diferença, que já sofreu tantas situações lamentáveis e que, hoje, continua sobrevivendo, mesmo, infelizmente, com redução do número de produtores que antes nós tínhamos. Mas, os que ficaram continuam acreditando e nós esperamos que essa Zona

Franca Verde venha trazer benefícios como vem trazendo a outros Estados brasileiros, onde através de audiências públicas ela foi implementada. Quero aqui agradecer a presença dos técnicos da Suframa, agradecer, mais uma vez, a iniciativa da Deputada Ângela A. Portella e dizer que nós continuamos aqui, vocacionados a fazer o que a gente gosta, que é colocar a enxada na mão e trabalhar no setor produtivo de Roraima. Muito obrigada!

A Senhora Presidente Ângela A. Portella – Dona Isabel, muito obrigada pelas suas palavras. E quero fazer uma confissão. Desde o momento que fui fazer os convites, e até aqui hoje, ouvi de algumas pessoas, e fica aqui para reflexão da Suframa, que elas estão tão desacreditadas que não querem mais discutir, querem ações, querem ver a coisa acontecer. E eu sempre digo, que não me proponho a fazer nada que não acredite, e que a gente trouxe essa possibilidade da Audiência Pública porque não ia ficar só no campo das ideias e discussões. Na verdade, o que estamos fazendo aqui hoje, é a implantação da Zona Franca Verde, com a vinda dos técnicos da Suframa para passarem três dias fazendo a capacitação, o treinamento, ajudando todos os seguimentos, treinando as pessoas desde o sistema S, desde a própria Suframa em nosso Estado, a classe produtiva, os técnicos do governo, os alunos das universidades, enfim, todas as pessoas envolvidas para que tirem todas as dúvidas e consigam acreditar que vamos fazer valer a questão da ALC. Mas nós sempre ficamos nos perguntando: o que acontece, porque parece que ainda não é real, só está no campo das idéias? Eu me propus a essa iniciativa depois de uma visita que fiz a Suframa de conversar bastante com a Superintendente, Doutora Rebeca Garcia, pessoa muito articulada e inteligente, e acima de tudo, comprometida com o desenvolvimento da Amazônia, bem com o conversando com os técnicos. Então, nós não estamos aqui hoje, discutindo o sexo dos anjos, não. Para que a gente possa tornar isso realidade, possa acessar esses incentivos fiscais e possa sentir na prática, no nosso Estado, que realmente as coisas estão acontecendo, quero me colocar à disposição, mais uma vez. Assim como conversei com o seu Antônio Denário que temos algumas coisas para avançar, assim como a lei 215, quero me colocar à disposição para que gente possa caminhar. Eu convidei para essa audiência pública todos os Deputados Federais e Senadores, para que tivessem aqui presentes, porque muitas situações passam pela esfera federal. Nós temos a boa vontade, mas não depende só de nós. Enfim, não estaria nesse momento utilizando o precioso tempo de vocês se eu não acreditasse e se não fosse realmente fazer acontecer. Agradeço bastante as suas palavras dona Isabel e quero, realmente, que as coisas, que cada pequeno passo que a gente der some para que tenha um resultado diferente e para que a senhora possa, em outro momento, contar uma história diferente da que está contando hoje. Eu sou muito sensível a essa situação e sempre digo que, apesar de despendar esse esforço gigantesco, a gente ainda não consegue ter a competitividade que precisa na questão dos nossos produtos.

Passo a palavra, neste momento, ao doutor **Marcos Vinicius de Sousa**, Secretário de Economia e Planejamento.

O Secretário de Economia e Planejamento, Senhor **Vinicius de Sousa** - Bom-dia a todos! Agradeço, em nome da Prefeita Teresa Surita, o convite. Parabênzulo a Deputada Ângela Portella pela iniciativa e todos os demais Deputados, em nome do nosso amigo Deputado Jorge Everton, devido à importância da implantação da Zona Franca Verde.

Estive em Manaus, e participei de uma reunião, em fevereiro, onde foi aprovado um Projeto de Resolução que demandou um trabalho intenso junto com a Suframa, junto com os técnicos do Ministério de Indústria e Comércio, e acredito que isso seja um avanço muito grande para o Estado. Trabalhar com a indústria de transformação, incentivar a indústria, nesse momento, é tudo que o Estado de Roraima e o município de Boa Vista hoje, 70% da sua população precisa. Ao final, no bojo, vem a geração de emprego e renda. Então, estamos aí para apoiar, colocar a Prefeitura de Boa Vista e, em especial, a Secretária de Planejamento e Finanças, no que couber, à disposição de todos. E como já foi tão bem explanado pelo nosso representante da Suframa que detalhou muito bem o projeto, de forma didática de fácil compreensão, em minha opinião, a parte mais importante que conseguiu aprovar nesse dia foi a preponderância de pura importância. Essa, sem dúvida alguma, é o que vai permitir que a gente possa pleitear e tentar levar essa ideia para fora do Estado de Roraima. Temos a indústria de cosméticos e a indústria farmacêutica que se concentram no Sul e Sudeste do país. Então, com esse projeto, vamos abrir um leque e a possibilidade de atrair e começar a conversar. E como disse Deputada Ângela, acredito que todo espaço deve ser valorizado. A iniciativa é muito boa e esse treinamento é muito importante para que todos os setores tirem suas dúvidas, seja o setor público, onde vai ter essa reunião, na OAB, ou o setor empresarial. Estamos juntos e agradeço, mais uma vez, bem como parabênzulo pela importância dessa Audiência Pública. Obrigado.

A Senhora Presidente Ângela A. Portella – Obrigada pelas suas palavras.

Convido para fazer uso da palavra o Senhor Secretário de Planejamento Alexandre Henklein.

O Senhor Secretário de Estado e Planejamento, **Alexandre**

Henklein - Em nome da Deputada Ângela Portella, cumprimento a Mesa e todos os presentes.

Quando falamos em biodiversidade, Roraima que representa apenas 5% da Amazônia legal em termo de território, com 225k², tem a maior diversidade de solos, clima, relevo e tipo de vegetação de toda Amazônia. Nós temos uma transição de eco sistema, temos planícies, planaltos, savanas, florestas, matas de transição, então, evidentemente, Roraima tem inúmeras oportunidades no âmbito da biotecnologia e da economia de bioprodutos. E estão sendo priorizados, no âmbito do programa de desenvolvimento sustentável, a geração de empregos e renda, o Progredir, muito bem mencionado pela nossa empreendedora Isabel Itykawa. E nesses pilares do Progredir, um dos pilares fundamentais é o de incentivos fiscais, que vão apoiar essa economia de bioprodutos, vão apoiar o agronegócio empresarial, familiar e indígena. Como Marcos Vinicius comentava há pouco, sobre as oportunidades dos cosméticos e farmacêuticos, se considerarmos, no caso dos cosméticos, nós temos uma incidência de IPI normalmente muito alta, porque são produtos considerados supérfluos, têm valor agregado grande, de pouco peso e pouco volume, se você produzir aqui em Roraima ou nessas outras áreas de livre comércio já nesse contexto da Zona Franca Verde. É claro que teremos amplas possibilidades de competitividade ao colocarmos esses produtos em qualquer ponto do mercado nacional, porque esse diferencial da isenção do IPI vai compensar amplamente os custos de pré-distribuição que possam existir. Então, é claro que cumprimentamos a iniciativa dos dirigentes e técnicos da Suframa pelo esforço que foi desenvolvido, mas queremos fazer alguns contrapontos e algumas considerações. Como o próprio doutor Renato comentou, a Lei Original 8.387, de 91, que criava à época as ALCs de Boa Vista/Pacaraima tinha um conteúdo idêntico às outras áreas de livre-comércio que foram criadas ao longo dos anos, ou seja, todas as sete ALCs tinham o mesmo conjunto de benefícios. Quando foi criada a ZPE de Boa Vista e foi transferida a área de livre-comércio de Pacaraima para Boa Vista, nós recebemos um diferencial. E na época, doutor Renato, começamos com um comércio competitivo para Boa Vista e Bonfim. Mas, não podemos deixar de registrar que temos um ganho e, do ponto de vista de competitividade, uma perda, porque ela passa a ser compartilhada pelas demais ALCs. É evidente que não queremos aqui, ser egoístas, mas, do ponto de vista do mercado, é preciso que considere isso. Nós tínhamos potencialmente um diferencial competitivo e a leitura da Lei 11.732, de 30 de julho de 2008, que promoveu essa mudança de Pacaraima/Boa Vista, no seu artigo 6º dizia: produtos industrializados nas ALCs de Boa Vista/Bonfim, de que trata a Lei 8.256, de 91, ficam isentos do IPI, que se destinem ao produto interno, quer sejam comercializados em qualquer outro ponto do território nacional. Quer dizer, potencialmente, nós já tínhamos esse benefício. Mas, evidentemente, aplaudimos essa regulamentação, apesar de ter levado algum tempo. Nós estamos falando num período de oito anos, em que diversas empresas de Roraima quiseram acessar esse benefício. Nosso companheiro Shiská, ainda no mercado, antes de ser secretário teve a oportunidade de se defrontar, em diversas ocasiões, com uma oportunidade que não se realizava. Por isso, gostaria de me atrever e solicitar à Suframa, embora nós estejamos falando basicamente da Zona Franca Verde e aplaudindo essa iniciativa, que faça considerações semelhantes a que está em tramitação. Não sei em que nível se encontra na Câmara dos Deputados a expansão da Zona Franca de Manaus para região metropolitana de Manaus, atingindo vários outros municípios, mas parece extremamente justo pensarmos também na expansão da ALC de Boa Vista para região metropolitana de Boa Vista, abrangendo o Alto Alegre, Mucajai, Cantá, Bonfim, o que não será necessário porque já é área de livre-comércio. Todavia, acho que deveríamos conversar seriamente sobre isso, que deveria ser objeto de uma parceria do Governo do Estado, Assembleia Legislativa, das entidades empresariais, para fazermos uma proposição à semelhança da que está em curso hoje no Amazonas, na Zona Franca de Manaus, expandindo para a região metropolitana de Manaus. Nós assistimos a expansão da ALC de Boa Vista para a região metropolitana de Boa Vista. Isso iria beneficiar, Deputado Brito, vários outros municípios e muitos outros empreendedores. Também há anos o Secretário Shiská teve a oportunidade de fazer proposições, à época para parlamentares federais. A proposição da isenção do PIS e CONFIS dos produtos importados seria extremamente interessante do ponto de vista da redução de custos, da realização mais plena dos objetivos das áreas de livre-comércio de Boa Vista/Bonfim, com relação ao desenvolvimento regional. E devemos pensar também, estrategicamente, doutor Renato, numa parceria mais estreita da Suframa e conversamos com o nosso amigo Joel de Sousa Cruz agora há pouco, para fazermos um trabalho mais estruturado de planejamento e desenvolvimento regional e dos próprios investimentos da Suframa, integrando mais a Suframa e os Estados. Nós temos um Conselho Administrativo da Suframa que desempenha um papel muito importante, mas acaba sendo um trabalho mais operacional, de apreciação e aprovação de projetos. Acho que está na hora de pensarmos num planejamento e investimento da Suframa para contemplar não apenas a Zona Franca de Manaus, mas todas as áreas de livre-comércio abrangidas, para que possamos efetivamente realizar um grande propósito que é o desenvolvimento regional e a interiorização do

desenvolvimento da Amazônia. Acredito que ainda está muito centrado em Manaus e acho que a própria Suframa reconhece isso. Então, é hora de fazermos uma auto-crítica e reflexão para que seu trabalho possa realmente expandir o sentido de desenvolvimento regional. Mas, para isso, é necessário que não se repita erros do passado. Todos os aqui veem quando percorremos, no interior, muitas unidades industriais que foram construídas, umas 50, matadouros, usina de leite, investimentos que não deram retorno e que não foram planejados, porque não houve realmente uma atenção maior nos estudos de viabilidade, nos projetos de engenharia, na implantação desses projetos e no próprio modelo desses empreendimentos. É a hora de vermos nessa aproximação muito grande da Suframa, o estreitamento do relacionamento institucional, com ênfase na capacitação dos técnicos, essa preocupação que a Suframa tem de ir aos Estados, para que possamos intensificar esse trabalho e compreendendo, também, esse planejamento estratégico estruturado e integrando todos os estados da Amazônia, e contemplar alguns benefícios adicionais que poderiam ter prazo à semelhança do que hoje se faz no Amazonas, contemplando aqui a nossa região metropolitana de Boa Vista com a isenção do PIS e CONFIS para produtos importados. Muito obrigado.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Obrigada, Doutor Alexandre. Quero chamar para fazer uso da palavra o Secretário da Fazenda Shiská Pires.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, **Shiská Pereira Pires** – Bom-dia a todos, agradeço o convite para este evento, gostaria de contribuir com algumas questões que foram anteriormente apresentadas pelos colegas. Primeiro lembrar as dificuldades que foram para implementar a área de livre-comércio em Boa Vista, em 1991. Passamos 17 anos para que ela fosse implementada aqui no Estado, mas só veio se tornar realidade em outubro de 2008. Eu só espero que a gente não demore mais 17 anos para regulamentar esta questão de industrialização que é o tema do debate aqui. Pelo menos desde 2008, quando regulamentou a questão da matéria-prima que estamos esperando pela regulamentação, já estamos em 2016, já se passaram 8 anos, espero que não demore mais 9 anos. O Estado de Roraima sempre acreditou na questão da área de livre-comércio. O Doutor Leocádio, ex-Secretário da Fazenda, contribuiu muito para a implantação dessa área, onde o Estado de Roraima, em matéria de ICMS, que não tinha nenhuma obrigação legal, acompanhou em 1992 os incentivos fiscais, na época, para Pacaraima e Bonfim. Desde 1992, esta gloriosa Casa aprovou incentivos fiscais, dentro da sua competência, no caso o ICMS, para ajudar no desenvolvimento, isso só se traduziu em realidade em 2008 pelo governo federal, o Estado de Roraima fez a sua parte e continuamos aqui discutindo um assunto para melhorar ainda mais esses incentivos fiscais. Quero chamar a atenção de todos sobre as vantagens da área de livre-comércio. É transparente que houve uma melhora na qualidade dos produtos ofertados no Estado, eu chamo a atenção principalmente para os eletrônicos, entre muitos outros. Quem não lembra que há muitos anos atrás as pessoas tinham que encomendar para alguém comprar um celular, um data show, um notebook de outros Estados do Brasil ou até mesmo do exterior para podermos ter acesso à tecnologia. Esse acesso à tecnologia se tornou rápido, de imediato e econômico com a área de livre-comércio. Posso dizer, por experiência própria, já trabalhei na área de despacho aduaneiro, além de advogado na área tributária, se hoje se lançar um iphone 8 nos Estados Unidos, em 3 dias estaremos usufruindo desse equipamento aqui no estado de Roraima, adquirido nas lojas que têm os incentivos fiscais das áreas de livre-comércio a preços bem inferiores. Isso é só para vocês verem o quanto a área de livre-comércio ajudou nesse desenvolvimento tecnológico. Quero chamar a atenção para a competitividade de preços dos nossos empresários locais, interessante é que na regra antiga, antes da emenda constitucional deste ano, todo produto comprado por uma pessoa aqui, não contribuinte do ICMS, no caso pessoa física, esses 18% do ICMS ficavam em outro estado, agora com a área de livre-comércio que fez com que o mecanismo trouxesse esses produtos muito mais baratos para a região para que as pessoas comprassem aqui a preços mais atrativos e a gente arrecadasse o ICMS aqui. Muitas pessoas perguntam qual a finalidade da área de livre-comércio, em matéria de ICMS eu quero apontar os deputados que na época a gente perdia para os outros estados porque o ICMS ficava lá fora, com a área de livre-comércio as pessoas compravam aqui, porque o produto é tão econômico e competitivo quanto o de outras regiões, e o ICMS arrecadado ficava aqui mesmo. As desvantagens da área de livre-comércio que eu posso apontar, eu não diria desvantagens, mas, problemas momentâneos que temos aqui. Pensamos muito na questão de entrada de produtos elaborados de outros estados, mas eu acho que vai chegar a hora em que os comerciantes vão pensar na questão da industrialização. E na industrialização, não se pode pensar só no consumo interno vai chegar uma hora que vai precisar ultrapassar as fronteiras, sair da área de livre-comércio, da área de Boa Vista e é quando teremos que estar preparados. Eu tinha muitas dúvidas quanto ao Decreto 6614/08, sobre o alcance e esse termo da matéria-prima regional. Lá dizia que os produtos de origem mineral, animal e vegetal poderiam ter benefícios fiscais quanto à isenção de IPI na venda de produtos industrializados aqui para o exterior e outras unidades da Federação. Nós temos aqui indústrias aqui de água

mineral, cerveja, refrigerante, talvez a água utilizada nesses refrigerantes, cervejas e água mineral poderia ser um produto que pudesse trazer uma isenção desse IPI para ser vendido para outras unidades da Federação. Imaginem, quanta competitividade de uma indústria de refrigerante ou de água mineral local competiria com o restante nacional. Eu já tive conversas com a Federação das Indústrias para a gente desenvolver um projeto para apoiarmos essas indústrias para apresentarmos na SUFRAMA. Temos encontrado muitas dificuldades para fazermos o projeto e apresentarmos na SUFRAMA. Eu acredito que, desde 2008, as indústrias de Roraima já eram para estar vendendo para outros estados com isenção de IPI. A sobrevivência dessas indústrias aqui de Roraima passa por essa abertura da SUFRAMA analisar esses projetos para que eles possam aproveitar esses produtos e exportar para outros estados com a isenção de IPI. Gostaria discutir com a SUFRAMA para que levasse ao governo federal; Por que é que os incentivos de saída de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus também não podem ser aplicados nas áreas de livre-comércio? Por que restringir para nós da área de livre-comércio só a produção de origem regional? Estudando o fundamento da Zona Franca de Manaus que é o mesmo das áreas de livre-comércio. A única diferença que tem, estou falando em legislação, está na saída. Parece que temos as diretrizes legais na lei da área de livre-comércio quanto à entrada, a mesma Zona Franca de Manaus na hora de sair não há nada escrito. Por que não temos os mesmos direitos? No caso a Zona Franca de Manaus, tem que apoiar as áreas incentivadas, e não só a Zona Franca de Manaus, as áreas de livre-comércio também. Gostaria pedir à Presidente da Comissão para não só discutirmos a questão de matéria regional não, dar para nós os mesmos direitos da Zona Franca de Manaus. Na área de livre-comércio de Boa Vista e Bonfim tem uma redução de 88% do imposto de importação do produto que é importado e fabricado em Manaus e 100% do IPI, só querem entregar para nós 100% do IPI se tiver um produto de origem regional. Temos duas questões de PIS e COFINS, há uma enxurrada de ações da justiça federal, onde todos estão saindo com êxito de que há um reconhecimento de que não há obrigação de exigibilidade do pagamento de PIS e COFINS no comércio local. A área de livre-comércio e a Zona Franca de Manaus dizem que todos os produtos vendidos para essas áreas são considerados exportação, conforme a Constituição Federal, as contribuições sociais do tipo PIS e COFINS da sua base calculo será excluída a cobrança do que for destinado à exportação. Se tudo que for vendido para a área de livre-comércio e para a Zona Franca de Manaus é considerado exportação, por que estão cobrando PIS e COFINS da gente? Há um entendimento jurisprudencial do STJ de que se essa imunidade tributária vem de fora para dentro, também tem que valer dentro do território. O comércio local aqui deveria estar pagando só imposto de renda a pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido. É uma questão que vai se arrastar nos tribunais e em algum momento o governo federal vai ter que admitir ou retirar o texto que fala sobre PIS e COFINS. A área de livre-comércio tem ajudado muito os produtos importados. O imposto de importação é zero, o IPI é zero, PIS e COFINS é cobrado, que dá na média de 12%, era para ser zero. Se o produto nacional é zero, o importado também tem que ser zero, porque temos um tratado com a Organização Mundial do Comércio que são os países signatários, no caso, o Brasil, não pode dar um tratamento menos favorável do que é oferecido nacionalmente. Por exemplo, eu não posso chegar a uma churrascaria aqui em Boa Vista e pagar a metade do preço que um estrangeiro pagaria. Se eu tiver o desconto, o estrangeiro também teria. Eu não posso fazer distinção entre um e o outro. Aqui em Roraima era para ser assim, imposto de importação zero, PIS zero, IPI zero, COFINS zero, e a gente ter realmente uma área de livre-comércio de tributos federais, o Estado faz a sua parte, o ICMS é 12%, e no caso, um crédito presumido de 8%, você só paga 4%. Nós temos um incentivo fiscal muito melhor do que o oferecido pela Secretaria da Fazenda do Amazonas, mas a gente deveria trabalhar nesta questão sobre atração de investimento. A outra questão é sobre o PIS e COFINS, todos que têm uma empresa sabem que o PIS e COFINS de quem vende de fora para cá é zero, só que ele é zero desde que a empresa daqui esteja com lucro presumido, lucro real está fora. Na lei diz que as áreas de livre-comércio têm essa vedação, só lucro presumido, entretanto a Zona Franca de Manaus tem os dois. O que a gente tem de diferente? Se o mesmo fundamento legal da Zona Franca de Manaus é o nosso, por que é que temos um tratamento menos favorável. Precisamos discutir essa questão a nível federal junto com a SUFRAMA. Sobre a Lei 215 que vai expirar em 2018, precisamos prorrogá-la. O governo do estado está se reunindo com as entidades, através da Secretaria de Desenvolvimento, para que a gente faça uma nova proposta e inclua o crédito presumido. O arroz que vem do Rio Grande do Sul para cá vem com o ICMS de 7%, esse ICMS é isento do Rio Grande do Sul para cá. Quando esse arroz vai ser vendido localmente, a secretaria da fazenda tem que permitir, mesmo o Rio Grande do Sul não cobrando os 7%, que ele tenha um crédito presumido, que ele desconte esse crédito de 7%. A Dona Izabel recebe o arroz de um outro município, que chega aqui em Boa Vista para beneficiar, ele chega pela Lei 215, que não tem o crédito presumido. Quer dizer, os 12% de ICMS que o produtor passa para o arroz aqui ele é diferido, ele é isento, mas não dão crédito presumido e termina pagando, na hora de vender para o supermercado, o ICMS

dela mais o do Senhor Nelson. O que temos que fazer para corrigir isso? Na reforma da Lei 215, que a gente incluía a possibilidade de ela aproveitar o crédito presumido que foi isento, mas, na verdade, foi repassado para ela, enquanto que o Rio Grande do Sul tem a isenção. Tudo isso tem que passar pelo CONFAZ. Estou conversando com cada um dos 26 Secretários da Fazenda, explicando a situação de Roraima para que eles nos deem autorização de prorrogação da 215, estamos discutindo para que ela possa ser prorrogada até 2050, no mesmo tempo da área de livre-comércio e que seja autorizada pelo CONFAZ a utilização do crédito presumido para operações internas para que os rizicultores possam competir de igual com o arroz que vem de fora, se não corrigir isso, o pessoal de fora, por conta da Lei da LC, vai continuar tendo maiores vantagens de quem está produzindo aqui ao lado. Coloco-me à disposição para fazermos uma comissão junto com a Secretaria de Planejamento e os produtores para apontarmos onde está o problema. Gostaria de fazer um convite ao Reitor da UFRR para que trabalhe conosco nas questões de pesquisas, diagnósticos até mesmo do desenvolvimento do estado. Eu posso falar da área fiscal, para que vocês possam chegar à Secretaria da Fazenda pegar esse banco de dado, analisar essas questões para apontarmos soluções, evitar que se arrastem durante 15, 20 anos e não se resolva. A gente conta com o apoio de vocês para que possamos desenvolver soluções para o caso. Muito obrigado.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Obrigada pelas suas colocações esclarecedoras. Gostaria de falar que o Senhor Antonio Denário, esta semana, me falou sobre o observatório social, criado pela UNIRR em parceria com a Universidade Federal, acha que caberia bem esta situação que o Doutor Shiská acabou de falar, que abram as discussões e chamem as universidades que é de onde estão saindo pessoas que vão ajudar a desenvolver o nosso estado na questão técnica.

O Primeiro Vice-Presidente da FIER, Senhor **Luiz Brito** – Bom dia a todos, gostaria de cumprimentar a Senhora Deputada Angela A. Portella; e o Senhor Joel Cruz, representante da SUFRAMA, por meio de quem, cumprimento as demais autoridades. Gostaria, em nome de quem teve um dia a coragem de abrir um CNPJ no estado de Roraima, eu tenho certeza dos que estão presentes sentem-se orgulhosos desta proposta. Ficamos sempre esperando algo de interessante acontecer e que possa vir a dar as mãos para a gente que ficamos por trás dos balcões esperando a contribuição ou um afago de alguém. Eu queria me irmanar à minha colega Izabel. Há dois anos recebi uma Comenda aqui nesta Casa, naquela época tinha três Deputados presentes, hoje temos um quórum maior, Dona Izabel, é a prova do respeito que eles têm por nós. Não estou aqui dando puxão de orelha em ninguém, hoje estou aqui como empresário Luiz Brito da LB construções. Estou aqui representando a Federação das Indústrias a qual tenho a honra de pertencer e ter feito a minha opção para fazer parte do segmento industrial do estado de Roraima e tenho a honra de assumir a primeira vice-presidência. Eu fico muito feliz depois de ouvir o Shiská, meu velho amigo de bom EMPRETEC, aquelas lições nos serviram, me orgulho muito de você ser um secretário de estado com a visão que você tem, com seu braço empreendedor e empresarial também. Se 50% do que falamos vier a acontecer já estaremos ganhando muito, porque eu ouvi uma época aqui se falar em uma palavra bonita meritocracia, mas os caras esqueceram dela, vamos começar a praticá-la que a gente vai construir um país, um estados e municípios bem diferentes. Gostaria de voltar para as minhas obrigações de federação, em nome da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de Roraima, queremos manifestar nossa expectativa e respeito pela implantação da Zona Franca Verde. A indústria local possui quase 20 segmentos organizados, entre os quais, percebemos uma relação direta com a ação que está na pauta no dia de hoje. Podemos destacar as empresas dos setores madeireiros, de alimentos, bebidas, jóias, artesanato, moveleiro, de onde podem advir incentivos com uso das matérias-primas locais no processo de industrialização. O nosso setor terciário tão necessitado, pois sem o primário não acontece o terciário, quem me conhece sabe que eu tenho que falar o que o meu coração pede. Obrigado, gente!

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Obrigada, Doutor Luiz, por suas palavras. Quero abrir a discussão para os parlamentares.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Bom-dia! Quero saudar a Mesa, dizendo que a Deputada Angela citou alguma coisa, tipo discutir o sexo dos anjos. Fui eu quem perguntou isso a ela quando cheguei. Não sabia, não estava aqui semana passada, que a Audiência Pública tinha sido sua iniciativa. Quero aqui parabenizá-la pela iniciativa, mas fui eu quem falou isso. Sou meio cética, às vezes. Estou vendo a gente discutir industrialização, ouço discutir a produção que não existe. Está ali a Izabel, dos trinta mil hectares de arroz, estamos em oito, e sabe Deus onde isso vai dar. Para onde me viro é isso. A gente está discutindo área de livre-comércio há 25 anos. Lei nº 215 há 18. Tenho a honra de dizer que ela começou comigo quando Secretária de Agricultura para incentivar a primeira turma de soja que chegou ao Estado de Roraima e que, daí para cá, ela serviu para tudo, mas muito pouco para incentivar a produção. Ela se desvirtuou. A SUFRAMA, conheço um prédio caindo aos pedaços aqui em Roraima, que serve para cobrar aquelas... né? Meu amigo Joel que ali está. Eu participei em Manaus de várias reuniões da SUFRAMA, a gente já discutiu, a

gente já pediu e a gente vive de sonho, como me referi sexo dos anjos, Deputada, por isso que eu falei. Eu não conheço, além desses parques, minguaos, porém incentivos não, redução de impostos que servem para todo mundo, menos para nós. Serve para todos os estados, mas para a gente não serve. Serve para a Izabel vender arroz mais caro que o Rio Grande do Sul, por isso que eu digo que é sexo dos anjos. Tem 25 anos que se discute Área de Livre-Comércio. Tenho 38 anos de servidora pública, não de política, e olha, Angela, eu até notei aqui, a Área de Livre-Comércio já foi palanque para tanta gente, serviu para eleger um bocado. Já foi promessa. Por exemplo, tirar de Pacaraima para vir para Boa Vista foi promessa, pra quê, eu não sei, porque o resultado não é visível, o desenvolvimento não alavancou em nada no estado de Roraima. Essa coisinha de pagar o ICMS lá e aqui não paga, isso é muito pouco como política propriamente dita de incentivos fiscais, de vantagens fiscais para que venha desenvolver o estado de Roraima. Já foi compromisso de muita gente fazer isso acontecer, mas ainda não vi. Então, acho que estamos em uma fase malfadada no Estado de Roraima. Eu vim para cá quando ainda era território, comecei a trabalhar, meu colega Joel sabe disso, a turma toda é amiga da gente. Às vezes, digo: gente, eu cheguei aqui, e estou com vinte e poucos anos nessa luta. Eu vim para cá especialistas em planejamento agrícola para trabalhar, fundei as Comissões de Planejamento Agrícola do Brasil. Naquele tempo, nós ficávamos uma semana em Brasília, por mês, para planejar, para discutir, para implantar as nossas políticas, isso aqui era território, a agente não mandava nada, era uma luta imensa. Cria-se o Estado, já se foi o tempo, de 88 até agora, estamos chegando aos 30 anos, somos um estado muito novo, mas o que me preocupa é que vemos aquilo que foi criado, a gente viu uma luta, e eu participei dela para transferir terras para o Estado de Roraima quando se criou o estado, e depois vimos tudo ir embora, estamos começando do zero, estamos transferindo as terras que já foram transferidas. Não estou entendendo nada. Te juro que não estou, pois não foi o presidente Lula quem deu terras para o estado. É uma lei do Congresso Nacional, aí eu vejo o INCRA desmanchando, o Ministério do Desenvolvimento Agrário impedindo, justiça puxando para outro lado, Presidente da República sem querer dar, mas não foram eles quem deram, foi lei aprovada pelo Congresso Nacional. Aí, volta tudo para trás. Se há problemas jurídicos de falhas de execução, mas é um problema, pague quem fez, mas não pode voltar atrás com tudo isso. Então, essa coisa, Izabel... Quando eu vejo aqui a questão do arroz, digo aqui conheci o Nelson funcionário Público da Secretária e Agricultura, nem era produtor de Arroz ainda. A gente fica triste com isso, é o mesmo caminho da soja. Cadê o Faccio, o pessoal que está aqui, estão no mesmo caminho e a gente não consegue abrir isso, essa discussão, trazer para a gente essas vantagens imensas que tem a Área de Livre-Comércio, que tem a Zona Franca de Manaus. A gente não consegue trazer nada para nós, a gente vive implorando por uma lei 215 que dá incentivo às custas de um FPE que não é nosso, que depende do Governo Federal, que todo mês chega de um jeito, uma mês chega mais, um mês chega menos, um mês dá para pagar a folha, outro mês não dá para pagar os poderes. A gente vive bradando por uma lei 215. Quer dizer, deixando ao largo aí todas as vantagens de incentivo que este País dá para todo mundo enquanto a gente aqui esperando uma lei 215, as migalhas para o estado de Roraima, de um ICMS sem produção, um comércio fraco que a cada dia piora e dos incentivos que não chegam até a gente. Então, Deputada, acho que agora chegamos ao fundo do poço, não estamos ainda daqui por uma situação melhor não, não estamos discutindo para ganhar mais vantagens, estamos discutindo para sair do zero outra vez. Esperamos que hoje haja um adendo, algo maior com disposição de técnicos, uma equipe com produtores antigos que tenham força para começar de novo, porque a gente desanima, em um novo momento do Brasil, em um novo momento nosso onde o estado está, realmente, em um situação extremamente difícil, a gente sabe disso, digo isso todos os dias para as pessoas que, daqui a pouco, a gente não paga a folha. Já ouvi a Governadora dizer que acha que mês que vem não paga a folha não, que não tem dinheiro para fazer nenhuma ponte que caiu e as pessoas vêm para esta Casa dizendo que tem dinheiro demais. Eu olho o orçamento e digo: onde, meu Deus do céu? Ontem estive na saúde, isso me preocupa imensamente, tenho um documento deles, está no meu carro, nem peguei, consta que o orçamento para pagamento de cooperativa de médicos já enxugou. O Alexandre sabe disso, o orçamento que esta Casa aprovou deu para pagar janeiro, fevereiro, março e abril... quantas vezes esta Casa cobra, achando que tem dinheiro, mas como é que eu faço se nós nem aprovamos, não tinha orçamento? Como é que paga se o dinheiro que a Assembleia aprovou só dá para pagar quatro meses os salários dos médicos, este mês não tem dinheiro, não. Terá que ser aberto crédito por excesso de arrecadação. Excesso? Da onde? Do FPE que é quase 75% do orçamento do Estado que cai a cada mês? Então, este momento nos preocupa, precisamos sair disso. Isso não é só do Estado de Roraima, mas é um momento ruim para todos, mas que a gente pague para ver se a gente sai dessa ruindade toda, para ver se levantamos juntos. Então, Deputado, era essa a minha contribuição. Obrigada.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Obrigada, Deputada Aurelina. Esta Casa é o lugar onde nós devemos manter o esteio, a esperança, a fé e ajudar a realizar. Quero agradecer aos técnicos da SUFRAMA que também

vieram para contribuir no processo de implantação da Zona Franca Verde, a Senhora Laiana do Amaral, Doutor Rafael Soares e o Senhor Claudino Lobo Nogueira, assim como o Doutor Renato Mendes.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhora Presidente, quero cumprimentar a todos aqui, cumprimentar a Mesa, em nome do doutor Leocádio, nosso amigo, profundo conhecedor dos problemas do Estado de Roraima. Cumprimento a todos os funcionários da Casa. A Deputada Aurelina falou 99% do que eu pensava falar, quero concordar com o que ela falou. Peço ao representante da SUFRAMA que o senhor seja franco conosco em suas colocações. Acho que Roraima deve ter algum impedimento do Governo Federal, pois, ou ele vendeu a Amazônia ou se comprometeu com organizações internacionais para proibir a dona Izabel Itikawa crescer. Proibir como? Porque ela não tem o mesmo incentivo que os outros têm. A dona Izabel é cidadã, ela veio para Roraima para produzir, ela é geradora de emprego. Assim como a dona Izabel, estão todos os rizicultores, todos aqueles que queriam plantar riquezas no nosso Estado, a riqueza verde, por isso está acontecendo essa reunião aqui com SUFRAMA verde. Não é isso? Às vezes, parece que, quando os processos são feitos para o Estado de Roraima, eles são impedidos, travados nos órgãos que são detentores da liberação, para que não seja esclarecido à população o porquê de estarem impedindo o desenvolvimento do Estado. Deve haver algum impedimento, alguma coisa estranha deve ter porque senão o CONFAZ já teria deliberado para o estado ser competitivo com os outros Estados. As empresas daqui não podem pagar o pecado do mundo. Nós viemos para cá, para Roraima, trazidos pelo Governo Federal há cerca de 40 anos, tínhamos incentivos, o Governo dava um capilezinho aos colonos para eles se implantarem na agricultura. Davam financiamento e faziam umas casinhas no mato. O INCRA só dava documento se ele desmatasse, senão, não dava, pois ele era considerado preguiçoso. E, hoje, todos esses, que o nosso pai, o Governo federal, o pai da nação trouxe para habitar a Amazônia, respondem processos ambientais. São criminosos. Deixaram de ser produtores para serem criminosos ambientais, sabem por quê? Porque ele dava um capilezinho. A pessoa se estruturava lá, plantavam alguns hectares e, com cinco ou seis anos, o IBAMA entrava lá com garrucha, uns ambientalistas que não conhecem a situação da Região, e diziam que eles seriam multados, davam trinta dias para eles recorrerem. Para o colono que está no mato, onde muitos nem conhecem a capital, fica difícil porque eles procuram um advogado e logo têm que pagar cinco, seis mil e, quando não têm, vão embora e ficam na criminalidade por toda a sua vida. Então, temos que nos unir e provocar isso. Shiská, peça apoio da Governadora, dos Deputados Federais também, para nós resolvermos o problema do Estado. Não é o CONFAZ que vai mandar só no nosso estado, temos legislação também, banca jurídica para resolver os problemas nos Tribunais. Que a Governadora faça um decreto para equiparar a isenção da dona Izabel, depois os tribunais que vão dizer, o que não podemos é ter dois pesos e duas medidas para a mesma comida que a gente come. Então, este é o meu sentimento sobre o não desenvolvimento do Estado de Roraima, e a gente só tem esperança. O PIS parece que, quando a gente cresce um pouquinho, o Governo vem e corta. Vejam dois exemplos: O Estado começou a crescer no tempo do garimpo, mas quando Roraima pegou um folegozinho veio a polícia e fez um estardalhaço e acabou. Aí, veio o problema dos pecuaristas, que quando começaram a vender o gado para fora, vieram os órgãos ambientais e demarcaram São Marcos, cortaram as pernas dos pecuaristas. Quando acabaram os pecuaristas, pois morreram uns dois, três, ali, por causa desse problema, começou o setor madeireiro. Como estava crescendo muito, veio a justiça e arrebitou, prendeu, tomou caminho, tomou tudo, viraram todos criminosos. Aí, os madeireiros se aquietaram, tiraram a perna esquerda, que foi a Raposa Serra do Sol, aí acabou tudo. Acabou a produção de arroz, o gado, o setor madeireiro, tudo. Ficamos só na esperança de que amanhã serão dias melhores, mas que dias são esses que nunca chegam. Então, quero pedir aos senhores que detêm algum poder de análise de projeto, que digam para nós: Olhem, vocês estão proibidos, não vamos gastar o dinheiro da nação para estar falando com vocês, mas não vamos, porque lá a gente não pode fazer nada, lá estamos tolhidos, lá temos decisões superiores para não fazermos nada. Isso para não estarem empatando o tempo das pessoas para, daqui, dona Izabel, não sair nada. Essas coisas nos preocupam. Acho que essas reuniões são boas sim para esclarecimento, mas temos que falar aquilo que vai acontecer, dizer: Olhem, vocês não têm direito, não adianta vocês estarem pedindo, porque nós temos orientações superiores para não deixar Roraima crescer. Então, a gente dá outro jeito. Era essa a minha participação, meus sentimentos, porque de reuniões, de palestras, de conversas, já tenho participado muito, pois estou há 36 anos aqui e pouco resultado positivo nós tivemos quanto ao desenvolvimento do nosso Estado.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Obrigada, Deputado, o papel do Parlamento é colocar as nossas as questões para que possamos encontrar a solução.

O Senhor Deputado **George Melo** – Eu quero parabenizar as colocações de todos os oradores. E, também, dizer que de todas as explanações ouvimos coisas boas. Por exemplo, ouvi o empresário Luiz Brito falando de aprendizado, de conhecimento e, se referindo ao Secretário. A gente já vê uma

qualidade de conhecimento dos nossos produtores, dos nossos empresários. Como um colega disse, há muitos anos vimos tomando bola nas costas. Sou de Roraima, reconheço que aos nossos produtores do passado, faltava esse conhecimento, faltava o conhecimento técnico, de comércio. Hoje, a gente vê um time muito mais preparado. Acho que a adversidade existe, vejo isso com otimismo. É lamentável que a gente veja o estado de Roraima ainda ser prejudicado. Temos que bater nessa tecla porque ocorre a mosca da carambola, por exemplo, com esses quilômetros todos que temos de fronteira, é quase impossível um órgão público conseguir sanar o problema por inteiro. A aftosa, reconhecemos que falta mais empenho, falta o governo se empenhar mais, mas entendo que chegou a hora da SUFRAMA ter que olhar para Roraima com outros olhos e dizer assim: chega, a gente não pode deixar agora esse pessoal que tanto se preparou de mãos atadas. Hoje, não tenho dúvidas de que a capacidade do nosso empreendedor, do nosso empresário, comerciante, é muito grande. A gente vê a competição no nosso Estado, as pessoas melhorando a qualidade. Hoje é possível você encontrar ambientes em Boa Vista que compitam com qualquer lugar do Brasil em atendimento, serviços, seja em qualquer setor. Acho que isso se deve ao constante aperfeiçoamento do pessoal que vem sofrendo essa dificuldade de buscar esse aperfeiçoamento. Mas acho que está na hora da SUFRAMA dar essa condição para que possamos, pelo menos, disputar em condições de igualdade com nossos irmãos do Amapá, do Acre. Então, acho que precisamos disso, de condições parecidas, mesmo assim, pela logística ainda estamos longe, mas se conseguirmos esses benefícios da Zona Franca Verde, isso nos dará uma capacidade de disputar ainda mais tranquilamente. Vejo isso com bons olhos, acho que esse debate tem que acontecer no plenário desta Casa. Parabenizo a Deputada Angela por ter tido essa sacada importante de trazer o debate para esta Casa e dizer que em alguns momentos o cavalo passa selado e, neste momento não podemos deixar passar essa oportunidade. Contamos com o apoio da SUFRAMA para que isso aconteça. Acho que não adianta ficarmos chorando sobre o leite derramado, se perdemos lá atrás, sabemos o porquê, mas acho que o melhor disso é a gente saber o porquê de perdemos, pois se tivéssemos tido um corpo técnico preparado, como temos hoje, até as questões das terras seriam diferentes. Então, quero deixar nesta manhã a mensagem dizendo que podemos dar um passo importante se formos muito bem acompanhados juntos com a SUFRAMA, para oportunizar às pessoas que tanto precisam desse investimento.

A Senhora Deputada **Angela A. Portella** – Doutor Renato, o senhor, como representante da SUFRAMA, gostaria de dizer-lhe que temos aqui a Mesa, o Reitor da Universidade Federal de Roraima, o Reitor do Instituto Federal, e durante a capacitação, todas as universidades foram convidadas. Roraima, hoje, é um estado universitário. Outro dia fui a Rorainópolis e, em uma borracharia, o rapaz que consertava os pneus, dizia estar apressado porque tinha aula na faculdade e estava atrasado. O nosso diferencial, lembrando aqui o que o deputado George falou, é que nós estamos em um estado onde todos estão se capacitando, onde todos querem participar do desenvolvimento de uma proativa. As pessoas aqui são protagonistas, por isso a indignação da Deputada Aurelina e das demais pessoas aqui presentes, porque nós estamos em um patamar em que não podemos aceitar as imposições do Governo Federal como já aconteceu no passado, como bem colocado aqui pela Deputada Aurelina: estamos em outros momentos. As pessoas hoje sabem que querem participar, não querem mais aceitar as coisas como são determinadas pelo Governo Federal, colocando o nosso Estado como se nós fôssemos de uma categoria diferente do restante do Brasil. Somos cidadãos brasileiros e precisamos desse reconhecimento. Então, o senhor, aqui, hoje está como interlocutor e vai ouvir as nossas indignações, os nossos anseios.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Boa-tarde a todos. Deputada, parabéns por esta audiência. Nós precisamos voltar o olhar para o setor produtivo. Roraima não pode continuar da forma como está vivendo. Como diz o Deputado Gabriel falou, nós estamos criminalizando o setor produtivo. Atualmente, produzir é crime. Ele explicou, não vou repetir, pois conversamos muito sobre isso na reunião da UNALE. Precisamos de saídas e soluções. A minha forma de colaborar com o setor produtivo foi buscar junto ao Governo Federal, através do Senador Romero Jucá, fomos até Brasília, passamos quatro meses lutando pela liberação da produção do algodão transgênico aqui no Estado. Veja só Deputada, o único estado na Região Norte, onde não era permitido produzir algodão transgênico, era Roraima. Por que tem coisas que só acontecem aqui em Roraima? Será que não somos entes federados? Será que não fazemos parte da federação? Hein, Luiz Brito, você que é um guerreiro, um batalhador que luta para desenvolver este Estado. Você Izabel Itikawa, que tem feito um excelente trabalho. Produtor é considerado criminoso aqui no estado de Roraima, enquanto os verdadeiros bandidos deveriam estar na cadeia, mas não estão. Precisamos de soluções que tragam resultados, essa do algodão transgênico vai ajudar, temos que diminuir a tributação em cima do imposto. Temos que valorizar quem produz aqui. Afinal de contas, para eles é muito mais fácil sair do estado e procurar incentivo em outro estado para produzir. Eles são empresários, não precisam ficar submetendo-se a isso. Mas eles estão aqui por

que amam esta terra e querem o desenvolvimento deste Estado. Nós precisamos fazer algo por este Estado. Precisamos ombrear com o setor produtivo. Precisamos trazer soluções. Me permita a Deputada Aurelina, com todo respeito e carinho que tenho a ela, mas discordo quando ela fala da questão orçamentária. Por exemplo, para a saúde, foi aprovado o orçamento e mandado mais emendas. Temos recursos sim no estado para incentivar o produtor. Dizem que vai faltar recurso para o estado. Não vai faltar não. O recurso só não está bem distribuído ou nem bem aplicado. É preciso ver as prioridades. Quais as prioridades? É o setor produtivo? Então, vamos priorizá-lo, pois ele traz divisas, traz renda, geração de emprego, é o que a gente precisa. Eu já denunciei os desvios de recursos públicos aqui na tribuna. Para que manter uma mansão no Lago Sul, em Brasília? Vamos investir no setor produtivo. Para que manter Pizzolatti, ganhando 500 mil por ano, aqui? Vamos investir no setor produtivo, vamos dar incentivo para a produção. Recurso tem, ele só tem que ser bem aplicado e bem administrado. E vocês podem contar comigo. Sempre que eu estiver no Parlamento, defenderei o setor produtivo, pois é a única solução viável para nosso estado. Muito obrigado e parabéns a todos.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Deputada Angela, quero também parabenizá-la pela iniciativa e a todos os empreendedores que acreditam em Roraima e fazem parte desse trabalho. Esta Casa tem diuturnamente debatido a questão das dificuldades que são impostas ao Estado de Roraima para o seu desenvolvimento e seu crescimento. É mais que sabido em razão das inúmeras audiências públicas, seminários e eventos até com a participação do Parlamento Amazônico, com deputados de diversos estados do Brasil e também com a presença até do Presidente da UNALE, tratando das questões relacionadas ao meio ambiente e a questão indígena que tanto dificulta o crescimento. Qualquer empreendedor, qualquer pequeno produtor tem barreiras para poder produzir grãos e desenvolver a pecuária que outros estados da federação não enfrentam. Eu falei em uma reunião do Parlamento Amazônico, que conseguimos trazer para cá, ano passado, se não me engano, em agosto ou setembro, sobre as nossas terras comprometidas com 32 terras indígenas, 5 parques nacionais, fora as outras terras que ainda não foram transferidas para o Estado algo em torno de 88% da área territorial do nosso Estado. Os 12% que ainda restam, temos que preservar 80% ou quem sabe 50% porque existe uma proposição da Senadora Angela Portela que aprovou, mas, até hoje, não evoluiu. O fato é que vamos a mais de 96% da nossa área devem ficar intocadas. Qual a compensação que temos para isso. O Amazonas teve uma compensação, porque lá se instalou a Zona Franca de Manaus, onde eles têm mais de 96% de sua biodiversidade preservada. Mas, há uma forma de gerar renda, trabalho e emprego através da Zona Franca de Manaus que faz com que o PIB e uma renda per capita das maiores do País. E aqui, até para trazer energia nós não conseguimos. E a todo momento, mais e mais notícias sobre aumento de áreas de terras indígenas e mais criação de parques nacionais. Vejam bem, a pessoa que está falando aqui é uma pessoa que tem o mais profundo respeito pela questão indígena e pela questão ambiental, entretanto, Roraima já dá a maior contribuição a estas causas no país e quicá no mundo. 32 terras indígenas, 5 parques nacionais e mais os parques estaduais. Então, ninguém pode nos acusar de sermos contra essas pessoas, muito pelo contrário, nós damos a nossa contribuição. O que nos resta de terra, temos que saber ter o direito de utilizar. Nosso reitor da UFRR, que é de origem indígena, com certeza sabe muito bem sobre o que estamos falando. Quem tem que falar o que pode e o que não pode ser feito aqui somos nós, os amazônidas, nascidos aqui ou os que escolheram estas terras para viver, caro colega Aniceto. Então, a iniciativa para a instalação da zona franca verde, que dá incentivo para quem produzir, com produtos da terra, é muito importante, porque vai incentivar o desenvolvimento. Nossa vocação é no setor primário e, para podermos chegar a uma zona franca verde ou produzir outros produtos, temos que dar condições para que nosso produtor possa realmente produzir sem ter os órgãos ambientais numa xenofobia exagerada em cima desses produtores, que a todo momento passam por fiscalizações e recebem multas. Temos que mudar essa situação. É isso só se consegue com ações dessa natureza, reunindo, sensibilizando e mostrando caminhos. A partir do momento em que tivermos uma produção de grãos satisfatória vamos conseguir baixar o preço da saca de milho, da soja que são produtos para se fazer a ração. Como é que pode se no Mato Grosso uma saca de milho está 17 ou 18 reais e aqui, quando se consegue, é a 50, 60 reais, às vezes, na CONAB se consegue a quarenta e poucos reais, mesmo assim, não tem como se produzir pintos para vender e concorrer. Então, Deputada Angela, os representantes dos órgãos federais e todos os produtores do estado, sou parceiro dessas iniciativas e acredito que esta Casa tem que fazer mais isso. Espero que essa iniciativa não pare. É preciso que a gente vá até a SUFRAMA, nós temos representantes deles aqui, temos a área de livre-comércio do Bonfim e Pacaraima que precisa funcionar. Por que não funciona? Elas funcionando, vão gerar emprego e vão atrair empresas. O que amarra tanto? Tudo é mais difícil para Roraima. E não é por falta de luta dos representantes da bancada federal e do Senado, não. Parece que há uma política instalada no governo durante 13 anos, vendo as questões minoritárias, mas com exagero exacerbado, e quem sofre com isso são os amazônidas. Essa é nossa contribuição e contem com

nosso apoio em defesa daqueles que acreditam em Roraima e na Amazônia. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Agradeço o uso da palavra, Deputada Angela, ao mesmo tempo aproveito para parabenizá-la pela iniciativa, iniciativa essa que é de grande importância para o nosso estado, em especial, para o setor produtivo dos três níveis. Quero dizer aos nobres Deputados e a todos que aqui estão presentes do setor produtivo que penso de forma diferente, apesar de entender todos esses percalços por que passa nosso estado. Mas, continuando andando com as malas da esperança, derrubando pelas beiras e acreditando no povo deste estado que trabalha, vive e tem amor por Roraima. Continuo acreditando piamente que triunfaremos, que seremos um estado reconhecido em nível nacional, como modelo, porque temos condições de ser.

Gostaria de cumprimentar meu amigo Fácio, grande produtor, trabalhador, expulso de uma terra na Raposa/Serra do Sol, e está agora produzindo na região do Tucano, em uma fazenda linda, todos os dias lutando para conseguir uma produção melhor, enfim, para permanecer crescendo economicamente. Está de parabéns, pois este é um exemplo de que nós podemos conseguir. Gostaria de cumprimentar D. Izabel Itikawa, que da mesma forma, não se deixou diminuir apesar da expulsão que ela e seu esposo sofreram, até hoje, continua trabalhando, lutando de cabeça erguida. Cumprimentar o senhor Luiz Brito, grande empresário do setor de terraplanagem, também produtor rural, piscicultor, pecuarista e continua de cabeça erguida trabalhando diuturnamente apesar das nuvens e dos temporais. Quero cumprimentar o representante da Prefeitura de Boa Vista, o Reitor da UFRR, o Secretário de Estado da Fazenda, Shiská Pereira Pires, a Deputada Angela Portella, presidindo os trabalhos dessa comissão, filha de agricultores, em seu segundo mandato, que conhece nosso Estado. Cumprimentar o Senhor Joel Souza Cruz da SUFRAMA; o Senhor Alexandre Henklein, grande conhecedor da problemática do nosso estado, hoje Secretário de Planejamento; O senhor Antônio Denário, grande produtor que todos os dias luta e labuta neste estado pelo setor produtivo. O Senhor Aniceto Wanderley, talvez o maior piscicultor da região norte do País, grande empreendedor que trabalha de forma, inclusive, científica, produzindo cada vez melhor. O nosso amigo Leocádio, ex-Secretário de Estado da Fazenda e de outras pastas também. Deputados que aqui estão, conhecedores do assunto como a Deputada Aurelina com 38 anos de serviço público, conhece profundamente nosso Estado. Enfim, quero cumprimentar a todos que estão aqui, a todas essas cabeças pensantes, a todos os produtores rurais e a classe política conhecedora desses problemas seríssimos que enfrentamos hoje no estado. E a culpa de estarmos hoje onde estamos é da classe política brasileira, que não formula leis necessárias. Se a D. Izabel não consegue produzir porque não tem uma licença ambiental, quem criou a legislação ambiental foi a classe política que a confeccionou. Essa legislação não foi criada de forma aleatória, foi a classe política que a criou e que hoje dificulta. A região norte do País, em especial, Roraima é penalizada, foi penalizada pela questão do garimpo que funcionava de forma desumana, tinha muito problema ambiental, morria gente, enfim, é necessário organizar este setor para que possa haver extrativismo mineral de forma consciente e de acordo com a legislação, sendo feito assim, seria uma saída para o nosso Estado. A questão da desintrusão, nome esse dado a quem nunca foi intruso da Raposa/Serra do Sol, foi quando o Governo Federal virou as costas para a gente, começou lá no governo Collor, o governo virou as costas para a gente, culminando com a retirada de grandes produtores de uma área altamente produtiva. Aí, foi quando o Governo Federal nos virou as costas, inclusive o Senador da República Romero Jucá tem três mandatos de oito anos, vinte e quatro anos lá, líder de todos esses governos e nada fez para que isso não acontecesse. Críticas à parte, mas quero dizer a vossas excelências, que a Lei 215 está aí, foi feita quando a Deputada Aurelina foi Secretária de Agricultura do Governo Neudo, lá atrás, e foi uma Lei que veio para tentar diminuir essa desigualdade da questão tributária. Os outros Estados da Federação conseguem produzir e colocar aqui um arroz mais barato porque o custo de produção é mais barato, porque o adubo é mais barato, porque tudo é mais barato. Aqui é tudo mais caro. Então, veio a Lei 215, mas não conseguiu equiparar. A Governadora Suely, agora, criou um mecanismo junto à Secretaria de Estado da Fazenda e conseguiu diminuir em 5% a tributação para tentar, mas acredito que ainda não estamos competitivos. Vem a Zona Franca Verde. Parabéns. Com a Zona Franca Verde talvez consiga nos dar este patamar, se não der, nós da classe política que produzimos leis, que discutimos, temos que encontrar esses mecanismos para que esses produtores consigam gerar os postos de trabalhos para o nosso estado se desenvolver. Meu amigo Luiz Brito, o meu sonho da meritocracia não morreu. Estou só nesta luta diuturnamente. E sonho com este estado grande. Agora, políticas públicas precisam se instalar, para que nós possamos alcançar esse status que tanto almejamos de estado produtivo. E aí, quero aqui, dizer para vossas excelências que a Governadora tem trabalhado diuturnamente. Temos que melhorar? Sim, temos que melhorar muito. Herdamos um estado na condição, como o Deputado Jorge falou, em cavalo encilhado, na condição de montar e já sair andando? Não. A gente não sabia nem onde estava o cavalo. Ainda estamos procurando o cavalo com o cabresto na mão. Quando conseguir

pegar o cavalo é que colocaremos o cabresto, a sela e aí começaremos a andar. Luiz Brito, estamos tentando fazer o dever de casa e a Governadora está imbuída e está trabalhando diuturnamente, enfrentando problemas sérios, inclusive, problemas de ordem particular. Mas, nós não baixamos a cabeça, como vocês também não baixaram quando foram expulsos de uma terra que trabalharam, sonharam e imaginaram que ali ficariam para netos e bisnetos. Nós também não baixamos a cabeça e estamos trabalhando. Quero dizer que acredito no Estado de Roraima, parabenizo a SUFRAMA, vamos implantar a Zona Franca Verde, será mais uma ação positiva e cada uma dessas ações que vierem, por pequena que seja, será positiva e nós avançaremos e venceremos essas barreiras e chegaremos no patamar que tanto almejamos. Então, continuemos unidos, coesos, alimentando diuturnamente a cultura do otimismo, e quando disse que estou só não é só eu, Deputado Brito, na questão do otimismo e da luta, nós estamos todos aqui irmanados nisso, senão, não estaríamos aqui até essa hora. Quando disse só, foi no sentido de só fazer uma breve explanação como pediu a Deputada Lenir. Mas sei que todos nós que estamos aqui é porque cultivamos essa cultura de trabalhar pelo nosso estado. Então, mais uma vez parabéns, Deputada Angela e todos que estão aqui. Vamos juntos, vamos firmes e vamos fortes, porque o Governo Federal tem que reconhecer de fato e de direito que somos um estado, um ente federativo e que aqui tem pessoas que amam este Brasil, este Roraima e que estão dispostas a dar, se necessário, a vida para melhorar a qualidade de vida dos que aqui estão e dos que virão. Esse é o papel do político, do verdadeiro político e é para isso que aqui estamos. Parabéns e estaremos à disposição sempre. Obrigado!

A Senhora Presidente Deputada **Angela A. Portella** – Obrigada, Deputada Brito. Quando o senhor fala em dar a vida, é literalmente dar a vida mesmo, porque meu pai quando chegou aqui tinha 31, 32 anos, e hoje já tem setenta anos e já trabalhou na área madeireira, depois com leite, produzindo laticínios, sempre, militando nessa questão política por acreditar que nós também podemos fazer a diferença. Enfim, sigamos confiante porque é para isso que a gente vive. Com a palavra o Senhor Deputado Chico Guerra, meu eterno Presidente.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** – Deputada Angela, gostaria de parabenizar vossa excelência pela insistência em fazer esse tipo de evento e gostaria de cumprimentar a todos os presentes. Deputada Angela, no Estado de Roraima tudo acontece de forma diferente, aqui nada vai para frente. Tem a mosca da carambola, tem mosca não sei do quê, a praga não sei do quê. E como não acharam nada para acabar com o arroz, tomaram as terras. Quando vejo esse tipo de evento, como a Deputada Aurelina diz, sem esperança porque há 40 anos ela ouve falar nisso, ainda busco esperanças e inspiração é no rosto desses empresários que a gente sempre vê buscando soluções para esses problemas. As horas que eles já perderam aqui, com certeza, foram muitas, sempre vejo o Agenor, a Izabel e todos os empresários que aqui estão como um passarinho de bico aberto, esperando que façamos alguma coisa, que lhes demos alguma comida para que eles possam ir embora. Acredito que esse momento ainda vai chegar em Roraima. Agora se for esperar pelo Governo Federal, não vai dar em nada, não se chega a lugar nenhum. Tem que fazer como faz o Denário, o Wanderley lá no peixe, mas, também já avisei a eles que a qualquer hora eles arrumam um negócio lá para acabar com o peixe em Roraima, não vai demorar muito não e eles sabem disso. Tudo porque aqui em Roraima nada pode, tudo aqui é diferente, a única coisa que eles não conseguem é acabar com a esperança das pessoas que no seu dia a dia investem tudo o que têm para que Roraima possa crescer e desenvolver para chegar ao nível que eles querem. Lembro de ter visto o Gianluppi com o Código Ambiental aqui no Plenário com mais dois outros produtores pedindo que a Assembleia os ajudasse a fazer as audiências públicas. Eu era Presidente e fizemos as audiências públicas mesmo sem poder fazer, mas fizemos para ajudar o Estado de Roraima, enquanto o Código se encontra ali no palácio, eu já falei para todos os governadores que passaram ali para mandar esse código do jeito que estiver, depois a gente conserta, mas temos que ter é um Código Ambiental para que os produtores deste Estado possam acender aquela luz que eles veem no fim do túnel para eles poderem crescer um pouco mais e trazer desenvolvimento para o Estado. Sempre digo a todos os governadores que façam como fez o Teixeira em Rondônia, chegou lá e autorizou que abrissem estradas, autorizou derrubar árvores e disse que podiam fazer o que quisessem enquanto ele fosse governador. Hoje está lá o Estado de Rondônia como uma potência nacional, e nós passamos batidos mais uma vez. Tínhamos que ter tido um Teixeira aqui autorizando fazer o que tinha que ser feito para desenvolver o Estado, e depois disso, parávamos, mas, teríamos transformado este Estado. Não sei como é que ainda não fecharam as universidades em Roraima, por que são produtores de cabeça pensante que saem daqui do Estado e vão levar seu conhecimento para outro Estado, porque nós não temos como oferecer um salário digno para essas pessoas, esses meninos que saem da universidade, nós atendemos uma série de pessoas, contemporâneos nossos, pedindo ajuda para pagar a universidade de seu filho, aí o menino se forma, lhe enche de orgulho, mas arruma um problema maior que é o fato de não ter onde colocar esse menino para trabalhar. Aí, o que acontece, esse menino sai do Estado e separa as

famílias. E é isso que vem acontecendo hoje. Quero parabenizar os empresários aqui presentes pela sua determinação, seu trabalho e sua força na tentativa de mudar a história deste Estado, não esperem muito do Governo Federal porque ele não quer que vocês cresçam, mas a perseverança de vocês pode mudar esse quadro, pode dar emprego a esses meninos que saem da universidade e não tem para onde ir. Quero parabenizar vocês, fico admirado com tanta persistência em ajudar este Estado crescer. Parabéns a todos vocês, parabéns, Deputada, por essa iniciativa, continue fazendo esse tipo de evento, que alimenta com um pouco mais de combustível para renovar as forças desses empresários para que eles possam continuar lutando sem desistir pelo Estado de Roraima

A Senhora Presidente Deputada **Angela A. Portella** – Obrigada, Deputado Chico Guerra. Justiça seja feita. Durante o momento em que o senhor foi Presidente desta Casa, foram discutidos vários problemas sociais, econômicos e políticos deste Estado, o senhor sempre motivou e deu apoio para que fossem feitas audiências públicas e seminários para que realmente fossem discutidos os problemas do Estado, pois, quando se discute se ganha ânimo, força, fôlego e as esperanças reacendem, temos que trazer à baila as discussões sobre todos os temas. Quero dizer, Presidente Chico Guerra, que o senhor faz a diferença nesta Casa, faz a diferença enquanto político, e a gente reconhece sua sensibilidade por isso quero agradecer suas palavras. Vou passar a palavra para a Deputada Lenir Rodrigues, em seguida, para o Dr. Renato para que ele responda e faça suas considerações finais. Após, abriremos espaço para que as demais pessoas da Mesa ou no Plenário possam se posicionar, se assim desejarem. Apesar de tudo, tenho certeza que teremos bons resultados a partir desta audiência pública.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quero parabenizar vossa excelência pela iniciativa e agradecer a presença de todas as autoridades e produtores que se fizeram presentes, e faço a sugestão para que o resultado da audiência pública seja encaminhada ao Poder Executivo. Aproveito para dizer ao Secretário de Fazenda Shiská que aqui temos pouca oportunidade de ter iniciativas de lei. Então para que ocorram essas mudanças que possam beneficiar os produtores locais que geralmente são aqueles que geram renda e emprego, como diz o Deputado Brito, são aqueles teimosos que vivem no Ministério do Trabalho e, muitas vezes o que produzem não paga as dores de cabeça que têm. Portanto, é necessário que essas sugestões venham do Poder Executivo para esta Casa, que, com certeza, chegando aqui, por unanimidade, os Deputados apoiarão os produtores locais. Obrigada.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputada Angela, gostaria só enfatizar que não sou a favor da ilegalidade, acredito que o Governo Federal e o Governo Estadual existem para regulamentar as leis, eles que regulamentem os garimpos, que coloquem polícia federal, a caixa econômica e o Banco do Brasil para que possamos explorar as riquezas de Roraima, elas são nossas, nós viemos para cá trazidos por ele, que pai ingrato é esse que abandona seus filhos, foi nesse sentido que me referi ao garimpo, Deputado Brito. Sou totalmente contra a ilegalidade, contra a desorganização também, mas sou a favor que o governo federal olhe para a gente como um ente da federação brasileira. Obrigado.

A Senhora Presidente Deputada **Angela A. Portella** – E o ouro é uma matéria-prima regional também não é, Deputado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputada Angela, acabamos de chegar da reunião da UNALE. A União dos Legislativos em Sergipe, onde tivemos oportunidades de ouvir palestras do Ministros Joaquim Barbosa, do Tofoli, do Augusto do TCU entre outros, houve uma coisa muito interessante na fala desse pessoal todo: o Legislativo. A Deputada Lenir acabou de dizer que a gente tem pouquíssimo poder de legislar, tudo é competência do Executivo. A gente analisa e aprova, muda alguma coisa, mas não faz as leis. E eles disseram uma coisa, todos, que o Judiciário julga o passado, coloca na cadeia quem fez alguma coisa errada. O Executivo está fazendo agora, tem obrigação de fazer. E o Legislativo é o futuro. Não posso fazer uma Lei para corrigir o passado nem fazer nada para corrigir o presente. E eles disseram uma coisa muito interessante: hoje, se fala muito dos UBERs, e eles disseram que estamos vivendo numa “uberização da política”, do Legislativo. O povo não quer mais esperar, nós vamos ser atropelados, ele alertou que o Legislativo ou se cuida, ou muda ou vai ser atropelado. Já está sendo atropelado. Teve o problema lá na feira do produtor com a vigilância sanitária, que a justiça determinou o fechamento da feira, depois o cidadão chega aqui e quer que a gente abra a feira. O professor tem um salário ruim, chega aqui e quer que a gente lhe dê um aumento. Então, a gente vive hoje um momento legislativo muito difícil onde tudo está nas nossas costas, qual a competência que tenho para fazer uma lei para mudar toda a situação tributária que a gente discutiu aqui? Nenhuma. É zero. A competência do Legislativo é zero. A competência de criar é exclusiva do Executivo, até para darmos a isenção de um imposto no combustível, o estado paga. Desconto no imposto do adubo, o estado paga também, isso não pode, está abrindo mão de receita, tem que o CONFAZ inteiro aceitar. Então, a competência da gente é zero, o Legislativo está sendo atropelado e vai ser mais ainda porque o ser humano quer escola boa, quer merenda escolar, quer saúde de primeira e a gente não tem o que fazer. Me preocupa outra coisa, é uma pena

o Deputado Jorge Everton não estar aqui agora, porque não acredito que uma pessoa que aprova Lei e tem o poder de acompanhar e fiscalizar o orçamento do Estado de Roraima tenha a coragem de dizer que tem dinheiro sobrando. Quero que me provem. Obrigada.

O Senhor Superintendente da Zona Franca de Manaus, **Renato Mendes Freitas** – Voltando à questão da Audiência Pública sobre a Zona Franca Verde, gostaria de comentar alguns tópicos em respeito aos comentários que os deputados e os membros da mesa fizeram, mas, antes gostaria responder as perguntas feitas pelo público. São três perguntas rapidamente respondidas. O Pedro Camilo de uma sociedade privada pergunta se os estados participantes da Zona Franca Verde poderão importar entre si matéria-prima para a produção dos seus produtos. Poderão, sim, em relação à Zona Franca Verde, inclusive a própria Área de Livre-Comércio já permite essa troca entre áreas de livre-comércio e a zona franca verde, que vai adicionar o incentivo da zona franca verde e o que já existe na área de livre-comércio. Então, os estados poderão sim comprar um dos outros com incentivo, desde que sejam insumos de natureza regional. Outra pergunta é sobre a questão do meio ambiente em relação a alguma compensação com a preservação. Pois bem, em relação à industrialização que é proposta na zona franca verde e que já está valendo, por isso que é interessante citar esse fato, toda normativa e marco legal já está vigente. Então, se hoje, como aconteceu em Macapá, enquanto estávamos apresentando a zona franca verde, um empresário apresentou um projeto que protocolamos, levamos para análise e já está para ser aprovado. Então, já está valendo, já é uma ação concreta realmente. Não é para daqui a dez anos, quatorze anos não, já está valendo. Em relação ao meio ambiente é evidente que não podemos descumprir a lei ambiental vigente. Um projeto que venha a degradar, poluir ou não tratar resíduos industriais sólidos perigosos ou não perigosos, evidentemente, deverá ter um projeto de mitigação, um relatório de impacto ambiental, etc, quando o empreendimento é muito grande, isso está na legislação e é preciso cumprirmos isso, senão, estaríamos aprovando na verdade uma degradação da Amazônia e é justamente o contrário, nós queremos é valorizar a biodiversidade amazônica. O Emerson Cleiton da UFRR pergunta por que não se implantar os mesmos incentivos da Zona Franca de Manaus para a ALC, assim como para a Zona Franca Verde. Esse foi o mesmo questionamento do Secretário da Fazenda e de alguns Deputados e esta é uma questão bem complexa, mas em Minas Gerais existem três regimes: o regime da zona franca de Manaus, o regime das áreas de livre-comércio e o regime da Amazônia Ocidental que foram originários da zona franca de Manaus, O primeiro regime entrou em 1957, onde se criou o porto livre de Manaus como uma zona franca apenas com uma área muito pequena no porto e depois se vislumbrou em 1967, através do Decreto Lei 288, deu as características de zona franca e aí em seguida, preocupados exatamente com o que os Deputados falaram aqui, que é a industrialização do desenvolvimento que criou o Decreto Lei 356 de 1968, estendendo o benefício para toda a Amazônia Ocidental, não todos, mas alguns benefícios para IPI da Amazônia Ocidental. Na década de 90, em 89 para ser mais preciso, se criou a primeira área de livre-comércio e, logo em seguida em 1991, criou-se a área de Pacaraima e Bonfim. São três regimes diferenciados com objetivos diferentes. Só chamo atenção, e quero fazer um contraponto com o Secretário, que a área de livre-comércio de Pacaraima foi implantada, quando em 2008 se trouxe para Boa Vista, aí houve a implantação em Boa Vista, porque a legislação só permitia fazer dentro daquela área determinada. A Zona Franca Verde está nascendo, está sendo posta em prática já com a vigência da Resolução nº 1 do Conselho de Administração da SUFRAMA, conselho este que o estado participa, inclusive, estive presente em uma das reuniões em que o representante da Secretaria de Desenvolvimento estava, em Brasília para discutir exatamente um plano diretor de desenvolvimento para o estado e nós estávamos presente também para colaborar com esta questão do plano de desenvolvimento. Então, nesse sentido, em relação a PIS e COFINS gostaria de dizer sem muito detalhamento nem sendo muito tecnicista que os próprios empresários solicitaram alteração do PIS e COFINS. O PIS e COFINS incidente em toda a mercadoria nacional para atacadistas e varejistas se demonstrou prejudicial, inclusive, foi a Lei 11.941 de 2009, onde os próprios varejistas disseram que estavam pagando mais agora do que antes, porque entrou o sistema não cumulativo e o cumulativo pagava todo mundo junto. Então, quem tinha margem pequena acabava pagando mais PIS e COFINS. Aí foram com os Deputados lá do Estado do Amapá e propuseram um Projeto de Lei excluindo o regime não cumulativo nessa seara. Mas isso é só um detalhe, acho que precisaríamos marcar outra audiência só para discutir esse assunto, pois, este é um assunto extremamente técnico, que é a questão tributária. Para se ter uma ideia, no País nós temos mais de dois milhões de normas tributárias quando vinculadas às federais, estaduais e as municipais, é necessário discutir isso mais aprofundadamente. Não é uma questão que não se possa deliberar a respeito dela após alguns estudos, alguns esclarecimentos. São necessários, acho extremamente necessária essa discussão e que temos que fazer um

fórum para isso, por tratar-se de um assunto complexo e técnico. De qualquer forma em relação à sede da SUFRAMA que passou por uma reforma recente, a inauguração foi o ano passado, estamos com a sede novinha, com equipamentos novos, movelaria toda nova, inclusive temos um projeto para o galpão, a receita federal já deu um parecer ok e estamos acompanhando isso. O Shiská colocou essa questão, e quanto a isso já há um investimento desde 2014. Com relação ao diferencial do arroz e dos grãos, existe uma questão de ICMS, que é do estado, o convênio que deu esse desconto na fonte foi uma extensão do convênio 65, que é de 2008. Não era nem ICMS, era ICM, na época, e aí foi recepcionado pela Constituição Brasileira e tudo mais. E esse convênio foi replicado para diversos outros convênios de ICMS, permitindo que Roraima tivesse também esse desconto do ICMS. Então, é só corrigir, não vejo muito problema em relação a isso, pois podemos ajudar nessa correção, mas é ICMS, é estado, não é federal. Outra coisa importante que anotei com relação à Zona Franca Verde é que o ouro é matéria-prima regional e no momento em que estávamos discutindo a questão do Amapá, uma empresa procurou a SUFRAMA e disse que produz relógio de ouro e queria saber como faria para obter a matéria-prima. Nós dissemos a eles que apresentassem um projeto. E essa empresa, essa multinacional, sediada em São Paulo, pega o ouro de Macapá, no Amapá, e produz o relógio, que tem um valor altíssimo. Ou seja, isso geraria divisas para o Estado, emprego e renda para a população, mas ela achou, a primeira vista, viabilidade para se transferir ou abrir outro empreendimento em Macapá, a partir da Zona Franca deles, porque esses artigos de luxo possuem um IPI que chega a trezentos por cento. Então, a senhora está corretíssima. Foi colocado que Roraima não pode nada, achei um pouco de exagero, porque Roraima tem na legislação da área de livre-comércio, mais privilégios que as outras. A lista negativa da nossa área de livre-comércio de Boa Vista e Bonfim é apenas com armas e munições. Bebidas alcoólicas são proibidas nas outras áreas, mas aqui, pode. Automóveis de passageiros que nas outras são proibidas, aqui pode. Então, acho necessária uma discussão mais aprofundada para discutirmos esse assunto e sabermos qual é o diferencial. Por que é diferente? Por que a área daqui tem um diferencial, inclusive positivo, que as outras não têm?

Gostaria de responder a última pergunta feita pelo senhor Cicero Tiago Dantas, do IFRR, em relação aos projetos de desenvolvimento regional na Amazônia que foram incentivos fiscais sem contrapartida de obrigações dos empregados para a sociedade. Bem, como a Zona Franca Verde as empresas vão se instalar, obter os incentivos para poder vender para o país inteiro. Mas, existem as contrapartidas, as empresas terão que gerar emprego e renda que darão benefícios aos funcionários. As mulheres terão direito à creches, plano de saúde, isso tudo é exigido no projeto. E dependendo do tamanho do projeto, se for uma microempresa, é diferente, mas se for uma grande empresa, ela precisa também fazer os benefícios sociais. Além disso, ela precisa capacitar, pois há uma verba anual de capacitação de RH dentro da própria empresa, dentro do projeto previsto. Isso tudo será discutido dia 09 na reunião na OAB com os institutos e dia 10 com os empresários, também na OAB, ou seja, falaremos como se apresentar um projeto, o que é levado em consideração, qual o tamanho do projeto, porque dependendo do tamanho do projeto você tem um diferencial. Existem as contrapartidas que são exigidas no projeto para ser aprovado pela SUFRAMA.

Agradeço a todos os componentes da mesa, aos secretários presentes, aos representantes do governo e da prefeitura, ao reitor da UFRR e a todos que participaram dessa reunião. E também, quero dizer que esta reunião cumpriu a missão de informar à sociedade sobre essa alternativa que é a Zona Franca Verde, não evidentemente se exaurindo às discussões nessa reunião. Nós temos que continuar, criar grupos de trabalho, criar comissões para darmos continuidade ao projeto. Obrigada.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Obrigada, doutor Renato. E fica aqui a lição de casa para o Deputado Brito, como líder da base governista, para que possamos criar esse fórum, essa força tarefa, envolvendo as secretarias, o setor produtivo, os sindicatos, cooperativas, enfim, para que possamos trabalhar e para que não fiquemos só nessa audiência pública que, na minha opinião, é só o start.

Na quinta-feira, durante o dia todo, na OAB, estará acontecendo a capacitação para servidores, entidades educacionais, coordenadores de cursos. Na sexta-feira, pela manhã, para a classe produtiva, entendendo que todos são muito ocupados, também na OAB, a senhora Izabel, que representa os sindicatos e as associações, o Dr. Luis Brito, representando a FIER, estão avisados de que a capacitação será na sexta-feira, na OAB, para nos apoderarmos dessas possibilidades.

Quero agradecer a cada um dos presentes e gostaria de colocar a tribuna à disposição para quem ainda queira fazer uso da palavra, para suas considerações finais. O próprio Shiská, o Dr. Leocádio, que é uma pessoa na qual não podemos deixar de pensar quando falamos em qualquer matéria de desenvolvimento que passe pela questão fiscal, graças a seu enorme conhecimento.

O Senhor Diretor do SESC, doutor **Leocádio Vasconcelos** – Quero pedir vênha minha querida amiga e ilustre Deputada Aurelina, para discordar de uma colocação que ela fez, quando se reportou à implantação da área de livre-comércio. No entendimento dela não teria produzido efeito nenhum, não teve benefício. Com relação à área de livre-comércio, Deputada, com a devida vênha, na minha avaliação, se teve alguma coisa que aconteceu em Roraima e que se efetivou e se mostrou hoje irreversível é a área de livre-comércio, de um modo especial para o setor de comércio. Eu cito sempre como exemplo, Deputada, o que eu via e o que nós vivíamos e experimentávamos aqui. As nossas concessionárias de veículos não vendiam um utilitário. Os utilitários que circulavam aqui eram licenciados em Manaus. Nós, consumidores, queríamos comprar uma central de ar-condicionado, um televisor de maior porte, íamos comprar em Manaus. Hoje, não precisamos mais, pois o comércio local tem condições e compete com o comércio do Amazonas em igualdade de condições.

Lamentavelmente, o benefício que a nossa lei assegurou, que é único em relação às demais áreas de comércio, é exatamente o benefício do IPI. Há oito anos estamos aguardando regulamentação, que está saindo agora, mas antes tarde do que nunca. A nossa área de livre-comércio é a única que contempla esse benefício, além de outros, como bem colocou o doutor Renato, que a área de livre-comércio bem mais antiga também não contempla. Só me causou estranheza, doutor Renato, até vou lhe pedir a gentileza de me informar, à Zona Verde, por exemplo, do Amapá, está sendo concedida a isenção de IPI também, baseada em qual lei? Essa isenção só está na nossa área de livre-comércio?

O Senhor Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus, **Renato Mendes Freitas** – A lei daqui de Boa Vista e Bonfim foram pioneiras. E aí houve o decreto regulamentar, depois ficou, como o senhor falou, adormecido esse tempo todo, desde 2008 até agora. Então, o que aconteceu? As outras áreas de livre-comércio também requisitaram a questão da industrialização e foi feito um decreto. A Lei 11898 tem um artigo, o artigo 24, que permite às áreas de livre-comércio a isenção do IPI para industrialização com matéria-prima regional. E aí surgiu, então, os dois decretos, um daqui e o outro para as outras áreas. Somando os dois, todas as áreas ficaram cobertas pela Zona Franca Verde.

O Senhor Diretor do SESC, doutor **Leocádio Vasconcelos** – Mas o artigo da lei, quando fala em isenção de IPI, é especificamente para as áreas de livre-comércio de Bonfim e Pacaraima. Para mim, é surpresa o fato de um decreto conceder isenção.

O Senhor Representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus, **Renato Mendes Freitas** – Então, eu expliquei errado, deixa eu explicar novamente. A lei daqui de Boa Vista e Bonfim concedeu a isenção. Veio um decreto regulamentador de Boa Vista e Bonfim 6614. Quando foi em 2009, um artigo da lei dos sacoleiros foi introduzido também com a isenção para outras áreas de livre-comércio. Aí veio o decreto em 2015 e resolveu a questão de todas as áreas de livre-comércio com a Zona Franca Verde, mas a área de vocês aqui tem diferenciais em relação às outras.

O Senhor Diretor do SESC, doutor **Leocádio Vasconcelos** – Deputada, a Senhora criticou o Legislativo por não poder, por exemplo, resolver a questão do crédito presumido, o CONFAZ. Foi o Legislativo Federal que impôs isso à Lei Complementar nº 024/75, lamentavelmente. Obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – É exatamente isso. Eu falei o que ouvi de Ministros do STF com relação ao legislativo brasileiro. Mas, quando me referi, doutor Leocádio, alguém já tinha comentado aqui sobre a questão dos eletrodomésticos, pois já houve uma equiparação de preços. E dos veículos também é recente, é bastante recente. Eu acho que me reportei muito mais à questão das leis gerais no setor agrícola do que à questão de impostos a peso de benefícios de PIS. E tudo isso estava sendo discutido aqui. Mas essas são coisas que aconteceram agora, são muito pequenas ainda. É tão pouca gente hoje que pode comprar um carro. E eu não me referi a isso porque alguém já tinha se referido.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Convido, para suas considerações finais, o Doutor Shiská Pereira Pires, Secretário de Estado da Fazenda.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem – Eu gostaria, Deputada Angela, que todo mundo se pronunciasse antes do Doutor Shiská, pois como Secretário da Fazenda, ele fecharia, porque, talvez, ele possa responder alguns questionamentos nossos no final.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Convidamos a Senhora Isabel Itikawa para suas considerações finais. Fique à vontade, dona Isabel.

A Senhora Representante do Setor produtivo do Estado **Isabel Itikawa** – Esta é uma audiência pública, onde a participação de todos é muito importante. Eu quero enfatizar a minha fala, na oportunidade, dizendo que quando coloquei sobre a Área de Livre-Comércio, que gera um benefício para fomentar o setor de compras, no caso o setor produtivo fica à mercê dessa lei, porque ela nasceu com o benefício de gerar desenvolvimento para o Estado. Eu concordo que a ALC trouxe benefícios inúmeros para o Estado, como citou

muito o Shiská, quando disse que quando queríamos comprar um laptop, nós tínhamos que ir a Manaus. Esse é só um exemplo. Hoje, nós temos empresas importadoras aqui no Estado, como a Easytech, com quatro lojas, e outras empresas que são importadoras e que trazem elementos dentro da eletrônica que beneficiam o setor produtivo. Agora, nós podemos comprar um equipamento chamado droni, que é tão importante no acompanhamento das nossas lavouras. E a gente compra aqui, não precisa comprar fora porque, existe uma ALC que beneficia.

Agora, ela esqueceu que beneficia o consumo. Esse consumo, eu coloco que é 100% beneficiado. Só que na hora de se criar uma ALC, esqueceu-se do setor produtivo que vem há anos tentando vencer as arestas, as perseguições federais. E a gente vem aqui depois, como disse o Deputado Chico Guerra, que se quebre uma perna de um setor, ficando capenga, pendendo para um lado, para outro e quebrando o outro. Então, toda essa ação é de um Governo Federal irresponsável, que não veio a Roraima perguntar se o roraimense era a favor da homologação das terras indígenas que aconteceram no nosso Estado, culminando com a Raposa/Serra do Sol, que inviabilizou o setor produtivo de Roraima. Então, neste momento, eu coloquei o meu desabafo, dizendo que o setor produtivo, intrinsecamente a rizicultura, vem depois, porque pode acontecer com a piscicultura, como já aconteceu com a pecuária. Se hoje a pecuária é uma realidade em nosso Estado, é porque existem empresários audaciosos, corajosos, persistentes, que continuam aqui, fazendo a diferença. Eu nasci aqui e acompanhei todos esses processos que perseguem a região amazônica, a região norte. Não querem que a gente cresça.

Eu estava comentando com meu parceiro Agenor que, nós estamos ainda onde estamos, claro que numa situação bem aquém, porque já éramos para estar numa situação muito melhor. Quando eu falo da situação do estado, se não fossem as manobras de um governo que não tem compromisso com o desenvolvimento de nossa região. Mas, eu digo que a ALC trouxe benefícios sim, só que ela se esqueceu do setor produtivo. E quem leva prejuízo? É quem produz. É o Aniceto, o Antônio Denário, o Luís Brito, o Agenor, o Ivo Barili, enfim, todos aqueles que produzem, porque para produzir neste estado, os produtores enfrentam muitas dificuldades. Nós temos uma logística difícil e cara. Para podermos ter os nossos insumos, nós atravessamos o Brasil para fazê-los chegar aqui. E tem mais, não é pedir e vir, é pagar para vir. E pagamos essa logística cara onde a gente tem que se provisionar, nos organizar, e pedir três meses antes, porque leva 50 dias ou mais para chegar aqui.

Enfim, o setor produtivo do Estado não é fácil fazer acontecer. Então, eu digo e repito: Parabéns a quem teve a iniciativa à nível federal, como representantes do povo de Roraima, de implantar a ALC em nosso estado. Só que se esqueceu do setor produtivo. Por isso, nós estamos aqui, levantando a mão e pedindo help, nos ajudem, façam alguma coisa, porque, senão, nós vamos enfrentar situações bem difíceis. Cabe aqui o nosso desabafo e eu quis só esclarecer. Nós parabenizamos a ALC, mas não se esqueçam de nós que estamos de mãos calejadas de pegar em enxada para fazer a coisa produzir, gerar emprego e produzir alimentos. Muito obrigada!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputada Angela, eu queria fazer as minhas considerações finais. Quero agradecer ao doutor Leocádio, ao doutor Aniceto, ao nosso amigo Denário, Deputado Coronel Chagas, que aí está, ao nosso presidente da Suframa, a Vossa Excelência, Deputada, ao Shiská, Secretário da Fazenda, ao nosso magnífico reitor da Universidade Federal de Roraima, ao nosso representante do município, ao nosso querido e guerreiro Luís Brito, a Dona Isabel Itikawa e ao Agenor. E peço desculpas por algumas palavras que eu deferi, mas é o sentido do povo de Roraima, o que o povo de Roraima quer falar às autoridades, eu falei. Tem muita gente aqui, neste Estado, que precisa de uma mão do Governo Federal. Precisamos que o Governo Federal defina e deixe o Estado de Roraima ser uma entidade da federação brasileira que tenha leis próprias, para que possa seguir seus caminhos. Nós não podemos prejudicar centenas de famílias que vieram para cá para desenvolver este Estado. Eu quero que vocês me desculpem pelo que eu falei, mas é a realidade que nós estamos vivendo e precisamos de ajuda. E é vocês que têm o poder de decisão para nos ajudar, para que possamos nos tornar um estado independente e feliz. Então, era isso. Muito obrigado por estarem aqui em nosso Estado.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** – Eu só queria colocar uma situação, pois tive a felicidade de participar dela. No primeiro Governo do Ottomar, estavam construindo a usina de Jatapu. Chegou a um ponto em que teria que dinamitar o rio para fazer a usina. O IBAMA entrou com um pedido e deram uma liminar dizendo que se o Governador estourasse o rio, ele iria ser preso. Então, ele chamou todos os Deputados no Palácio e pediu para que eu levasse também os Deputados da oposição. E quem me ajudou foi o ex-deputado Fácio, e fomos todos para Jatapu. Chegando lá, todo mundo de uma vez colocou a mão no botão, pois se tivessem que prender, prenderia todos. E a usina de Jatapu já está quase pronta por conta desse ato. Por isso, eu quero, mais uma vez, parabenizar todos vocês e dizer que o botãozinho está lá para a gente apertar. Sei que vocês estão com a mãozinha lá e, se empurrarem, uma hora vai dar samba.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – É preciso coragem e determinação, Deputado, para fazer a diferença.

Com a palavra o Primeiro vice-presidente da FIER senhor **Luiz Brito**.

O Senhor Primeiro Vice-Presidente da FIER, **Luiz Brito** - Dizem que aqui é a Casa do povo, mas é muito raro eu vir aqui. Não tem muito a ver com o assunto, mas tem tudo a ver com o empresário. Eu gostaria, se tiver alguém aqui próximo à autoridade, que possa verificar uma situação que está acontecendo neste momento nas instituições bancárias, principalmente a de âmbito federal, como o Banco do Brasil. Foi noticiado há mais ou menos um mês, ou 45 dias atrás, a prorrogação dos custeios de financiamentos bancários, para os produtores rurais. Eu acho que aqui ninguém lembra que, recentemente, os produtores sofreram com uma seca terrível. E foi prorrogado, mas isso é conversa fiada, pois a prorrogação só pode acontecer por decreto. Os bancos estão chamando as pessoas, individualmente, e tentando negociar para eles pagarem 40, 60, 80 ou até 100%. Isso não funciona! Vai quebrar todo mundo. O meu segmento não tem muito a ver, mas eu tenho um pezinho lá também. Eu não estou falando aqui pelo Luís Brito, estou falando por dezenas de pessoas que conheço que estão sofrendo isso na pele. Então, por favor, intercedam, principalmente junto ao Banco do Brasil que é irredutível, porque as pessoas não têm dinheiro para pagar de imediato. E quem teve a felicidade, um senador ou um deputado, não sei que autoridade foi lá e conseguiu esse mérito. Parabéns, mas faltou um complemento. Não sei se depende da nossa governadora ou da presidência da República, por onde vai começar, mas se não for via decreto, foi só notícia mesmo. Muito obrigado.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Foi muito pertinente a sua fala, porque, inclusive, saiu uma propaganda dos bancos falando sobre essa questão. E também teve um senador que se pronunciou. E o que aconteceu depois disso foi que parece que os bancos ficaram enlouquecidos e começaram a expedir para todo mundo o chamado para irem fazer o pagamento e eles começaram também a querer fazer. Realmente, foi bom os senhores terem falado sobre essa situação, Deputada Aurelina e Deputado Chico Guerra, para que a gente possa, amanhã, com o presidente desta Casa, de repente, fazer uma reunião de trabalho para chamar os bancos e buscar uma alternativa, pois realmente é muito grave.

O Senhor Secretário de Planejamento, **Alexandre Henklein** – Pelo adiantado da hora, vou falar muito rapidamente. Por conta desse comentário do empreendedor Luís Brito, destaco que nós temos um grupo de gestão integrada que reúne os bancos, notadamente o Banco da Amazônia, do Brasil, a Caixa, o Governo. São diversas as instituições e os empreendedores. Inclusive, nós temos, desde o início do ano, nos reunido e resolvido uma série de problemas. Infelizmente, nós vamos ter uma superposição de agendas nessa próxima sexta, porque temos um calendário, que é definido com bastante antecedência. E temos uma reunião do GGI desse grupo em questão na sexta-feira, às 9 horas da manhã. É uma agenda programada, inclusive, com antecedência, para que o superintendente do Banco da Amazônia, do Amazonas, de Roraima, e eventualmente o diretor de crédito, assim como os dirigentes do Banco do Brasil e da Caixa que já confirmaram presença na sexta, possam estar presentes. Então, seria uma oportunidade para tratarmos do assunto. Mas, nós nos antecipamos na reunião passada, quando foi discutido o problema das duas estiagens e os incêndios. E depois tivemos os ataques das pragas, das lagartas, dos percevejos, ou seja, todos esses problemas que aconteceram nas pastagens e na agropecuária, de um modo geral. Então, houve uma deliberação naquela reunião de encaminhamento, aos bancos, de uma solicitação de dilação de prazo e estruturação de uma nova linha de crédito. Inclusive, nesta sexta-feira nós vamos apresentar um breve documentário que foi produzido sobre a situação vivenciada.

O Antônio, o Paludo o J. Lopes são pequenos produtores que tiveram a oportunidade de serem visitados. E nós mostramos o que estava acontecendo. Essa reunião vai ser uma oportunidade para a gente apresentar a situação específica de Roraima. Independentemente dessas situações que aconteceram em nível nacional, nós queremos discutir com os bancos uma dilação de prazo por dois anos e uma linha de crédito estruturante. Nós também enfrentamos uma série de desafios. E para isso nós precisamos trabalhar com muito profissionalismo. Os produtores, inclusive, cada vez mais dizem isso. Roraima é bom demais, mas para quem é profissional no agronegócio. Nós temos uma geração de produtores profissionais. Então, com esse profissionalismo, contando como crédito e tecnologia é que a gente vai poder fazer a diferença, não meramente um perdão de dívidas, nós vamos discutir investimentos para que possamos transformar as ameaças em oportunidades.

Finalizando o nosso assunto sobre a Zona Franca Verde, da parte da Secretaria de Planejamento e desenvolvimento, e do Governo, como um todo, estamos à disposição para participar desse processo de capacitação para que possamos, inclusive, identificar uma oportunidade de negócios e investimentos,

atrair investidores e, sobretudo, convidar os nossos empreendedores para aproveitarem as oportunidades que estão surgindo, para que, realmente, com esses incentivos somados a essas vantagens climáticas de Roraima, possamos gerar novos negócios e potencializar negócios existentes, como o arroz, por exemplo. A senhora Isabel, naquele período bom, na época dos 25 mil hectares plantados, me comentava até onde chegava o nosso arroz, Manaus, Santarém, até a Belém, Amapá. Então, quem sabe com a Zona Franca Verde, com essa correção em relação ao ICMS que agente vai, se Deus quiser, conseguir equacionar nessa reestruturação da lei 215, a gente consiga ter essas condições de competitividade, fazer novamente crescer a produção no nosso Estado.

E, por último, quero deixar novamente a nossa mensagem, vamos trabalhar juntos para esse planejamento estratégico regional, para que possamos realmente direcionar investimentos em novas ações protuberantes da SUFRAMA, para que possamos também pensar com muita seriedade na expansão da ALC de Boa Vista para a região metropolitana de Boa Vista, porque Cantá, Alto Alegre, Mucajaí também podem ter os benefícios da área de livre-comércio e agora da Zona Franca aqui.

O Senhor Representante da Governadora Suely Campos, Secretário de Estado da Fazenda, **Shiská Pereira Pires** – Realmente. Quero agradecer o convite, mais uma vez, e enfatizar aqui, a sugestão encaminhada pela Deputada Lenir Rodrigues, assim como pela Deputada Aurelina sobre a questão de propostas de matéria tributária do Executivo para o Legislativo. Agora, para que isso ocorra, eu preciso que os empresários, através das suas entidades se organizem e nos encaminhem as propostas. Posso dizer que o Governo Suely Campos sempre esteve aberto para receber reivindicações sobre questões tributárias, prova disso é que já foi até noticiado, várias vezes eu fui a CONFAZ corrigir questões de leis, por causa do tempo, questões que já teriam que ser corrigidas, novas proposições etc. E quero aproveitar mais uma vez conversando aqui com o Reitor da UFRR, para pedir que as entidades empresariais utilizassem o conhecimento científico dessas instituições de ensino superior, para fundamentar essas questões tributárias, porque não é só a gente que tem que comprovar cientificamente que aquilo seria o melhor para o nosso Estado. Volto a dizer o seguinte: nesses 25 anos de parlamento, desta gloriosa Casa, já se promulgaram várias leis, né Leocádio, que incentivam o Estado hoje. Em minha opinião, acredito que temos muitas leis válidas de renúncia fiscal. Eu acho que em vez da gente provocar uma nova renúncia fiscal, eu faço aqui um chamado para que a gente melhore o que já existe, corrigir, caso alguma lei não esteja sendo aplicada, melhorar e não criar novas. Mas, tem toda aquela questão de renúncia fiscal, responsabilidade fiscal que envolve CONFAZ e outras situações. Então, para evitar polêmica e ser mais ágil, vamos pegar essas leis que já existem, Deputada, e já trabalhar, dar uma arrumada para que ele realmente cumpra com os seus objetivos.

Para finalizar, queria informar a esta Casa que dia 22 e 23 de setembro será realizado o CONFAZ aqui, em Roraima. Nós temos o CONFAZ dos 27 secretários nos dias 7 e 8 de julho, em Fortaleza. Eles se reúnem de três em três meses e o próximo será realizado aqui, em Roraima. Na primeira quinzena de novembro também haverá o Encontro Nacional da Administração Tributária, onde o Ministro da Fazenda, junto com o Secretário da Receita Federal, todos os secretários de estados e municípios estarão presentes neste encontro aqui em Roraima. São dois eventos e a gente pode levar em consideração esses pleitos, esta Casa poderá nos ajudar a entregar demandas a essas autoridades e, quem sabe, prontamente resolvermos essas questões que debatemos aqui. Obrigado.

A Senhora Presidente **Angela A. Portella** – Seria bom se colocássemos nosso grupo de trabalho para funcionar, porque como vão estar na nossa Casa, vai ser mais difícil para eles dizerem não. Quero agradecer a todos, estou muito feliz com o resultado desta Audiência Pública. Esse é só o começo para que possamos deslanchar outras oportunidades. Quero me colocar à disposição e agradecer, mais uma vez, ao Presidente Jalsler pelo apoio que tem dado às causas para o desenvolvimento do nosso estado. Dou por encerrada a Audiência Pública. Muito obrigada a todos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Encerrada a Audiência Pública, retomamos os trabalhos na fase em que se encontravam. Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira se manifestar e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 8 de junho, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Águda Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalsler Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 08/06/2016